



--- ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2006 --

-----ACTA NÚMERO QUARENTA E QUATRO / DOIS MIL E SEIS -----

----- Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e Vereadores Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, Emanuel Silva Martins, Doutor José Eduardo Leitão Pires da Costa, Doutora Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Doutor Rui Manuel Marques de Sousa Soeiro, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues Oliveira, Engenheiro Amílcar José da Silva Campos, Doutor Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira e Pedro Miguel dos Anjos Simões. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às catorze horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade. -----

**2 - PROPOSTA Nº. 1472/06 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007: ---**

----- I - Na continuação da anterior reunião referente ao assunto mencionado em título, o **Senhor Presidente** disse ir proceder-se a uma nova ronda para auscultar a opinião dos Senhores Vereadores, salientando, mais uma vez, toda a sua abertura para a introdução de alterações ou sugestões que queiram fazer por forma a melhorar as GOP's e Orçamento. -----

----- Intervindo, o **Senhor Vereador Pedro Simões** disse ter, apenas, uma pergunta muito objectiva para fazer, porque não viu a verba inscrita, apesar de admitir que possa estar numa qualquer rubrica, e que tem a ver com a A.I.T.E.C., ao que o **Senhor Presidente** respondeu que estão contemplados duzentos e cinquenta mil euros para começar, sendo que a ideia é que a Câmara, no futuro, possa ter dois milhões e meio de euros relativos a parcerias. Acontece que já foram feitos contactos com algumas empresas e umas quantas já se manifestaram

favoravelmente, embora não tenha sido, ainda, quantificado qualquer montante. Como se tem andado a fazer sucessivas reuniões de preparação das GOP's não foi, ainda, possível consolidar uma ideia junto das empresas, estando, todavia, previsto para o início de dois mil e sete uma verba de duzentos e cinquenta mil euros, que consta da página duzentos e noventa do documento.

-----Aliás, foi com satisfação, embora não tenha sido surpresa, que todos ouviram, ontem, que um dos desafios que o Senhor Presidente da República fez aos autarcas, consistiu no facto de estes deverem entrar numa fase de criação de emprego e de incentivo à criação de empresas e, apesar desta Câmara já o fazer há algum tempo das mais diversas formas, a verdade é que tem que se continuar. Trata-se de um discurso muito optimista porque parte do princípio que a generalidade das infra-estruturas estão feitas e, na verdade, ainda não estão, pois basta ver à volta de Lisboa para verificar as milhares de barracas que, ainda, existem e fazer uma ideia do muito dinheiro que tem, ainda, que se gastar. -----

-----Voltando à questão A.I.T.E.C., o **Senhor Vereador Pedro Simões** disse ter a ideia que, aquando da aprovação da proposta de deliberação, estava previsto meio milhão de euros, esclarecendo o **Senhor Presidente** que o meio milhão é ao longo de quatro anos e não para o arranque. -- -----

-----Prosseguindo o **Senhor Vereador Pedro Simões** disse ir focar uma situação, que já referiu nas GOP's de dois mil e seis, e que tem a ver com o facto de, infelizmente e mais uma vez, o Atlético Clube de Porto Salvo não ver contemplada a sua sede, ao que o **Senhor Presidente** esclareceu que não é necessário a sede daquela colectividade estar, aqui consagrada em termos expressos neste momento, por uma razão muito simples: é que estão contempladas várias verbas referentes, quer a aquisição de terrenos, quer a expropriação e, pode adiantar, também, que a execução do projecto do campo de futebol do Atlético está a avançar a um ritmo muito significativo, mas a Câmara só pode avançar com a expropriação quando o projecto estiver concluído, o que crê poder acontecer em meados do próximo ano. -----



----- Interveio, de seguida, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** para perguntar, relativamente à área da Educação, se já havia alguma ideia para a requalificação dos espaços exteriores das EB Um. Estão nas GOP's quatrocentos mil euros e gostaria de saber a que escolas se destinam. -----

----- Há uma outra questão, que nalgumas escolas foi problemática mas que se foi resolvendo ao longo dos anos, e que tem a ver com a reformulação da instalação eléctrica, mas como vê uma quebra acentuada, de um terço, na dotação, gostaria de saber o ponto da situação. Apesar de perceber que há escolas que vão ser encerradas e que, por isso mesmo, não se vai investir nelas, chama a atenção para o facto de muitas delas necessitarem da reformulação das instalações eléctricas. -----

----- Relativamente ao Centro Multiusos e Formação Profissional, que foi adjudicado à Soares da Costa, adjudicação essa que teve que ser anulada face à recusa do Visto do Tribunal de Contas, vê uma dotação de seiscentos mil euros para o próximo ano, mas como pensa que a Câmara vai abrir novo concurso público, custa-lhe a acreditar que tal verba possa ser gasta no próximo ano. -----

----- Interveio, o **Senhor Presidente** que, reportando-se às questões colocadas pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa, esclareceu que os espaços exteriores das escolas são para ser todos arranjados, estando-se a aguardar uma listagem das intervenções. É óbvio que não vai ser tudo ao mesmo tempo mas o objectivo é fazer-se intervenções sistemáticas em todas elas. ----

----- Relativamente à quebra de um terço no investimento para as escolas, tem a ver, fundamentalmente, com uma boa gestão, ou seja, no próximo ano não vão haver escolas em construção e cessou a construção da escola de Queijas, ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** observou não ter sido isso que disse. Referiu-se, apenas, à remodelação das instalações eléctricas, respondendo o **Senhor Presidente** que essa quebra se deve ao facto de haver escolas em que não irá haver essa reformulação. -----

-----Quanto ao Centro Multiusos, o que acontece é que o projecto está concluído e terá que se fazer um “forcing” para ver se se avança com a obra. -----

-----Interveio, de seguida, a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** referindo que estão previstos mais vinte e nove agentes para a Polícia Municipal, pelo que gostaria de saber o número total em termos de quadro, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que, contando com os previstos, neste momento são cento e dez, mas o quadro contempla cento e cinquenta. Todavia, deve acrescentar que não é seu propósito continuar com a expansão da Polícia Municipal porque acha que cento e dez agentes já é muito e, do ponto de vista qualitativo, pensa, até, que não é a melhor solução, já que é muito difícil absorver quinze ou vinte de cada vez. A formação é muito deficiente. A selecção deixa muito a desejar e existem problemas com alguns agentes, razão pela qual considera preferível ter quatro ou cinco de cada vez e, depois, com calma, estabilizar a situação. --- -----

-----Prosseguindo, a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** referiu-se às publicações da Câmara dizendo pensar que, em termos qualitativos há um salto muito grande, além de serem muito mais apelativas do que eram e terem um aspecto mais fresco e arejado, ao que o **Senhor Presidente** observou que, mesmo assim, escolheu-se uma solução minimalista. A este propósito reportou-se ao painel que está no Oeiras Parque, dizendo que, inicialmente, pensou que seria um fiasco mas, agora, verifica com agrado que está a ser um êxito extraordinário. -----

-----Continuando, a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** reportando-se ao “Oeiras Actual”, que está contemplado na página cento e sessenta e três, referiu que no Orçamento de dois mil e seis estavam cento e setenta e cinco mil setecentos e doze euros e, se não se engana, no de dois mil e sete estão duzentos e cinquenta e sete mil e quarenta euros, pelo que pergunta se há aqui algum reflexo ..., interrompendo o **Senhor Presidente** para explicar que se trata, exactamente do mesmo valor, só que, como se sabe, embora nunca tivesse percebido por que era assim (talvez o Doutor Macedo e Sousa achasse que era mais prático) havia a Revista, havia o



Oeiras Actual e havia, ainda, uma espécie de suplemento, o que dificultava um pouco a adjudicação, pelo que foi, agora, sugerido pelo Gabinete de Comunicação que se juntasse tudo, do que resultou a mesma verba, ou seja, desapareceram, uma série de rubricas e juntou-se tudo nesta. -----

----- Prosseguindo, a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** reportando-se à mesma página, salientou o Prémio Gazeta de Oeiras dizendo que para dois mil e sete está prevista a verba de três mil euros, verificando-se um decréscimo, em relação a dois mil e seis, de quarenta e dois por cento, mas como não se recorda, em termos de regulamento, de qual é o valor, gostaria de saber a razão deste decréscimo, ao que o **Senhor Presidente** esclareceu que o prémio não era de sete mil euros. Foi, realmente, gasta essa verba porque incluiu a cerimónia da entrega do prémio. Acontece que este ano essa cerimónia teve lugar nas instalações do T.I.O. e deve confessar que não gostou. Houve ocasiões em que a cerimónia foi excelente, nomeadamente a que teve lugar na Lisgráfica em dois mil e dois, mas tratando-se do evento que é, também não se pode estar a fazer grandes festas em todas as edições e, portanto, faz-se uma cerimónia, que pode ser, na mesma, um acto solene mas sem grande aparato, razão pela qual foram reduzidos quatro mil euros, o que, aliás, aconteceu igualmente noutros eventos. -----

----- De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** referiu-se a uma outra situação, que consta da página cento e setenta e quatro, e diz respeito ao Dia do Município, em que em dois mil e seis essa rubrica tinha oitenta e sete mil e quinhentos euros e, em dois mil e sete, está com duzentos e dezassete mil e quinhentos euros, pelo que gostaria de saber o porquê, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que se juntou tudo, ou seja, foram reagrupadas todas as verbas que estavam na cultura, no desporto, etc., do que, aliás, resultou, no global uma redução nesta despesa. -----

----- Por último, a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** colocou a questão do parque das fotocopiadoras e faxes, lembrando que o respectivo concurso já tinha sido lançado e, salvo

o erro, estava previsto nas GOP's de dois mil e seis uma verba de trezentos mil euros. Como nestas GOP's há uma verba de trezentos e quarenta mil euros gostaria de saber o ponto da situação e a razão pela qual, decorrido tanto tempo, não se concluiu ainda, este processo, ao que o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** esclareceu que, ainda durante esta semana, a Câmara tomará conhecimento oficial do andamento do concurso, que, segundo parece, estará no Tribunal.---

-----Usou, de seguida, da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que, referindo-se aos impostos directos, perguntou como foi calculada a verba do IMI que está orçamentada, ao que a **Senhora Doutora Maria Emília Xavier** respondeu que foi pela média, como, aliás, é obrigatório legalmente e, continuando, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** inquiriu sobre a última informação relativamente ao valor da receita arrecadada em dois mil e seis, respondendo a **Senhora Doutora Maria Emília Xavier** que a entrada até amanhã (e diz isto porque já recebeu a guia) é de vinte e três milhões setecentos e quarenta e nove mil quinhentos e vinte e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos.-----

-----Reportando-se às páginas cento e quarenta e oito e cento e quarenta e nove, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** referiu que, a dada altura é dito que o aluguer operacional de veículos é a melhor opção, mas é utilizada uma formulação que é, exactamente, a mesma quando se fala do aluguer de longa duração. Ora, sendo duas coisas completamente diferentes considera que deveriam ser tratadas de forma diferente, a menos que uns se destinem a um tipo de veículos e, outros, a outro tipo; no entanto, confessa que do que leu ficou confuso, esclarecendo o **Senhor Presidente** que, efectivamente, uma modalidade é para veículos pesados e, a outra, para ligeiros.

-----Prosseguindo, o **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse pretender obter um esclarecimento sobre uma questão que foi colocada pelo Senhor Vereador Pedro Simões e que se prende com a anulação do projecto desportivo de Vila Fria e com a necessidade de resolver o problema do Atlético Clube de Porto Salvo (já que o União de Vila Fria tem o problema



resolvido) porque depreendeu da resposta que o Senhor Presidente deu, mas não tem a certeza porque estava distraído, que o projecto está em desenvolvimento e estará concluído em meados do próximo ano e que só a partir daí é que se poderá desencadear o processo de expropriação, o que foi confirmado pelo **Senhor Presidente**, que acrescentou que alguns terrenos já estão quase avaliados mas há cerca de um terço em, que não é possível chegar a acordo e terão que ser expropriados. -----

----- De seguida, e a propósito da questão, ontem, aqui, abordada sobre a informática o **Senhor Presidente** disse ter pedido uma informação à Divisão de Informática, a qual, sem apontar ainda uma solução, diz o seguinte:-----

----- “Relativamente a uma eventual mudança de solução SAP/Nova Base para uma outra solução qualquer, o projecto de acção que chamamos “RP Gestão Documental e Reporting” integra o projecto integrado RP que visa: -----

----- - Integrar sistemas de informação adequados em, áreas onde não existem ou existem de forma não satisfatória. Exemplo na área financeira: receita, despesa, gestão de obras, licenciamentos, etc.. -----

----- - Assegurar a integração das aplicações existentes de suporte às áreas operacionais, transaccionais, funcionais do Município.-----

----- - Assegurar a eficiência do TCO, ou seja, adequar a relação custo/benefício nas aplicações transaccionais, situação que não existe actualmente. Por exemplo, o módulo de receita na aplicação SAP, incluindo o desenvolvimento necessário, estima-se em cerca de quinhentos mil euros, enquanto todo o IRP Municipal que integra a solução AIRC / Medidata que divide entre elas a totalidade dos municípios à excepção de parte de Lisboa e de Oeiras e se apresenta como verdadeiros fatos à medida, tem um custo estimado na sua totalidade de cento e cinquenta mil euros. - -----

----- Refira-se, ainda, que relativamente à manutenção e consultadoria os valores são

insignificantes comparativamente aos do SAP e da Nova Base.-----

-----Outro exemplo recentemente confrontado relativamente ao módulo dos recursos humanos em que a Nova Base referiu um valor acima de um milhão de euros, enquanto que a solução “Sistema e Gestão de Pessoal - SGP” da AIRC que temos instalado e satisfaz plenamente as necessidades têm actualmente um custo de manutenção anual de mil e quinhentos euros.-----

-----Por outro lado, só depois de assegurada a integração da IRP é que podemos partir para outros desafios, como a reorganização da documentação interna através de uma solução de gestão documental e dos serviços ao cidadão. O Serviço on-line, atendimento único multi-canal ao cidadão e ainda informação de gestão e reporting.”-----

-----Acrescentou que tudo isto teve por base uma informação da Divisão de Informática que assentou numa estratégia que aprovou, por despacho de catorze de Outubro de dois mil e seis, e que, no essencial, diz o seguinte:-----

-----“Comissão de estratégia: -----

-----A abordagem que propomos para a fase inicial do projecto da comissão de estratégia a realizar no mês de Outubro de dois mil e seis, e crucial ao projecto pelo facto de incluir as tarefas de enquadramento e alinhamento de objectivos da gestão de topo na Câmara de Oeiras, inclui os seguintes passos: -----

----- Reunião de enquadramento da AGFP e reunião do comité de projecto para definição de objectivos estratégicos do projecto e identificação da equipa do projecto a nomear para a sua implementação.-----

----- Realização, por uma entidade externa com experiência comprovada nos municípios portugueses, de auditoria da situação actual da funcionalidade de sistemas de informação da área financeira e elaboração de relatório de recomendações de alteração/optimizacões a produzir de acordo com as melhores práticas.-----

----- Validação e aceitação pelo DFP e DAG do diagnóstico e recomendações



produzidas.-----

----- - No caso do diagnóstico/recomendações validadas apontar para a necessidade de implementação de alterações profundas dos sistemas em utilização, iniciar contactos com a empresa AIRC no sentido de avaliar o seu package de software.-----

----- - A opção pela análise e avaliação da solução AIRC está relacionada com a sua forte presença nos municípios portugueses; clara estratégia de aposta exclusiva e sustentada no mercado dos E.R.P. municipais; boa avaliação geral dos seus utilizadores em presença na Câmara de Oeiras.-----

----- A opção SAP, também em utilização na Câmara, não representa, no nosso entendimento, uma aposta estratégica para o ERP da Câmara devido à muita fraca presença e focalização desta solução nos municípios portugueses e aos elevados custos de manutenção, evolução e disponibilidade de informação adequada para os serviços e aplicações estratégicas que o Município pretende implementar no futuro imediato.-----

----- Em caso de apreciação positiva das funcionalidades e sistemas da AIRC, efectuar visitas a municípios clientes deste fornecedor de forma a identificar claramente a avaliação que fazem da sua colaboração e apoio técnico e funcional, bem como das experiências de implementação do E.R.P..-----

----- A avaliação das experiências desses municípios com a AIRC será um dos factores determinantes para a decisão de adopção desta solução na Câmara.-----

----- Em caso de apreciação positiva do “bench marking” mencionado acima, definir com a AIRC a solução a implementar na Câmara, bem como o compromisso claro desta empresa, por via de funcionalidade, de recursos de implementação e apoio após produção para assegurar o sucesso do projecto de apoio sustentado do DFP e do DAG na mudança a ser produzida.-----

----- Em caso de apreciação negativa dos passos anteriores avaliar soluções de fornecedores alternativos de E.R.P..-----

-----Em caso de definição clara de compromisso e solução AIRC mencionados no ponto seis, negociar custos de implementação da mesma e contratualizar projecto. -----

-----Factores críticos de sucesso: -----

-----No quadro de uma emergente sociedade de informação e do conhecimento, o modo de estruturação e funcionamento dos organismos públicos encontra-se numa fase de mudança acentuada. -----

-----A utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação no contexto dos processos organizacionais abre perspectivas para formas avançadas de realização das actividades habituais, bem como para o aparecimento de novas actividades e de novos negócios.-----

-----Os factores críticos de sucesso enquanto conjunto limitado de condicionantes críticas internas e externas relacionadas com o projecto em causa são determinantes para o seu desenvolvimento e sucesso efectivo.-----

-----Os F.C.S. identificados para o projecto são a existência de compromissos de gestão de topo do Município no projecto. -----

-----Consideramos fundamental o empenhamento e alinhamento estratégico do Senhor Presidente, Vice-Presidente e dos Directores do DAG e DFP quanto aos objectivos deste projecto para o Município. -----

-----Definição clara da estratégia de sistemas de informação para a área financeira alinhada com a estratégia dos sistemas de informação municipais. -----

-----Os membros do Comité de projecto devem ter clara a actual estratégia de sistemas de inovação municipais, de forma a promover a sua implementação na componente dos sistemas da área financeira objecto deste projecto. -----

-----Capacidade para gerir a mudança e motivação da equipa: a Câmara de Oeiras. -----

-----Entendemos como absolutamente crucial ao sucesso do projecto o empenho constante dos membros do comité de projecto, gestor e chefes de projecto na criação e



manutenção de uma atitude de construção positiva de mudança, que constitua um instrumento relevante de motivação para enfrentar os desafios funcionais e técnicos a vencer.-----

----- Disponibilidade, associação sólida, competências dos intervenientes na equipa de projecto: -- -----

----- Consideramos crucial a existência de um conjunto de competências para este projecto nas vertentes de gestão funcionais e técnicas que assegurem o seu sucesso. -----

----- Competirá ao director do projecto:-----

----- A identificação clara destas competências e a disponibilidade das mesmas ao longo das diferentes fases do projecto. -----

----- Consideramos também crucial ao sucesso do projecto a existência e manifestação sistemática e evidente, ao longo da execução do mesmo, de competências comportamentais dos membros da equipa de projecto, relacionadas com a capacidade de motivação para a mudança. ---

----- Aplicação de metodologia e experiência efectiva de gestão do projecto:-----

----- A criatividade, impacto na Organização e recursos a envolver neste projecto requerem que a gestão do projecto utilize as melhores práticas e ferramentas metodológicas para assegurar o seu sucesso. -----

----- A experiência comprovada na implementação destes projectos, por parte do director, gestor e chefe de projecto a envolver, será determinante para atingir este objectivo e o suporte adequado ao Departamento de Finanças e Património neste processo de mudança. -----

----- Disponibilidade e capacidade de decisão da equipa de projecto: -----

----- Consideramos fundamental ao bom desempenho do projecto a disponibilidade de pessoas na equipa com capacidade de decisão adequada às exigências do mesmo, em cada fase e tarefa relevantes. -----

----- Pelo exposto, sugere-se a aprovação dos seguintes pontos de abordagem ontológica acima referida, organização do projecto e matriz de responsabilidades, plano macro de

implementação, definição de estratégia de implementação.”-----

-----Concluindo, disse não haver aqui uma opção pela AIRC; há, naturalmente, uma perspectiva de consultas para, depois, se tomar essa decisão, ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** referiu que, da parte dos serviços, há uma intenção direccionada,volvendo o **Senhor Presidente** que há, com certeza, e não é só da parte dos serviços, ele próprio também acha, por aquilo que conhece. A consulta é já dirigida à AIRC para ver se esta responde, ou não; se o fizer, é por aí que se vai optar.-----

-----No uso da palavra, o **Senhor Vereador Rui Soeiro** disse que o Departamento de Habitação queixava-se que a solução da AIRC estava para actualizar há vários anos, e não conseguiam responder ao fim de quatro ou cinco anos. Pergunta se essa questão já está resolvida, junto do Departamento de Habitação, ao que a **Doutora Paula Saraiva** respondeu que o Departamento de Habitação não usa a aplicação da AIRC porque não se habituou, mas tem uma actualizada. -----

-----Por outro lado, o **Senhor Presidente** disse que foram suscitadas dúvidas relativamente aos montantes destinados à informática. De acordo com a informação da Divisão de Informática considera-se que cerca de cinquenta por cento do valor do orçamento dessa Divisão tem a ver com projectos e aquisições cobertas por programas financiados pelo POSI, designadamente o das “Cidades e Regiões Digitais” que, entretanto, fecharam. Aliás, essa questão já foi, aqui, abordada e, de resto, até o surpreende que a Senhora Vereadora Teresa Zambujo tenha feito essa referência, porque ao abrigo destes financiamentos do POSI, podiam ter sido candidatados outros projectos e soluções para os quais a Câmara não tem capacidade financeira, e que assegurariam outros patamares tecnológicos como, por exemplo, a disponibilização de uma rede de comunicações sem fios, banda larga, voz, dados, imagem de âmbito concelhio, situação esta que, em dois mil e três, foi apresentada pela empresa WTC, do grupo SGA, com vista à candidatura ao programa “Cidade e Regiões Digitais” e que,



recentemente, foi implementada pelo Município de Lisboa. Teve oportunidade de referir isso, aqui, na Câmara. A Senhora Vereadora Teresa Zambujo, na altura, respondeu que não via interesse na candidatura, que podia ter sido apresentada mas, a verdade é que não foi. Essa candidatura andaria muito perto dos três milhões de euros e, portanto, perdeu-se uma oportunidade extraordinária porque a própria UMIC, o POSI, ou o POSC estariam na disposição, na altura, de apoiar a candidatura e gostariam que a Câmara de Oeiras tivesse apresentado uma. A verdade é que, politicamente, a Câmara não deu andamento a essa candidatura. Aliás, a Doutora Paula Saraiva, crê que no início do ano, apresentou-lhe uma proposta para uma candidatura, relativamente à possibilidade de se apresentar uma nova candidatura porque, da UMIC, foi sugerido que a apresentassem. A verdade é que, por razões que desconhece mas a Senhora Vereadora Teresa Zambujo poderá esclarecer por que não apresentou, era uma oportunidade extraordinária e, curiosamente, sabendo a Câmara que da parte da UMIC foram feitas insistências para a apresentar, há alguém no POSC, e não tem dúvidas em dizer o nome, o Senhor Doutor Jaime Quesado, que está nitidamente a boicotar esta candidatura e outras, ultimamente, não sabendo o que é que o senhor tem contra a Câmara de Oeiras. Até hoje não foi aprovada uma única. Ele diz que não há dinheiro mas, da UMIC, dizem que há e que aprovam as candidaturas e é o Doutor Jaime Quesado que está a boicotar isto tudo. É uma coisa estranha. Como é que é possível sabendo-se que há dinheiro? Diz também que não aprova candidaturas porque entraram fora do prazo, mas é sabido que já foram aprovadas as de outros municípios que entraram fora do prazo. No caso de Oeiras, não se sabe qual é a razão porque, até agora, não foi dado nenhum fundamento para a não aprovação dessa candidaturas e, designadamente, a de “Oeiras em Rede”, julga que eram à volta de três milhões de euros e, portanto, a questão é esta: se tivesse sido apresentada durante o ano de dois mil e cinco, estaria aprovada. Julga que, na altura, e a Senhora Vereadora Teresa Zambujo poderá esclarecer isso, o que se pensou foi que fazer este investimento era supérfluo. Nesse aspecto, raciocina de maneira diferente e as

orientações que deu aos serviços foi para apresentar uma candidatura ao “Oeiras em Rede”. Se não houvesse financiamento esse investimento seria necessário fazer? É este o raciocínio que tem que se fazer e, portanto, não vale a pena fazer investimentos desnecessários. Agora, se tem que se fazer um determinado investimento e há a possibilidade de ir buscar um fundo qualquer, então apresenta-se a candidatura. Assim, haja financiamento, ou não, para o “Oeiras em Rede”, e foi essa a orientação que deu à Divisão de Informática, a Câmara Municipal vai avançar. É claro que não se avançará ao ritmo que se poderia se se tivesse o apoio do POSC. Na realidade, se a candidatura tivesse sido apresentada a tempo, com certeza que não se estava a dispor de todo o montante que aqui está, estando certo que vai ter que se investir ainda muito mais se a Câmara se quiser actualizar e pôr a par daquilo que é a situação dos outros municípios porque, de facto, perdeu-se muito terreno no contexto metropolitano. Pensa que Lisboa, Sintra e Cascais não estarão muito melhor que Oeiras, o que é estranho, porque vários municípios por este País fora se agregaram em regiões digitais, parecendo que não deu muito resultado, mas a verdade é que houve alguns que se agregaram; curiosamente, Oeiras, Cascais e Sintra é que ficaram de fora. ----

-----Prosseguindo, disse ter um documento da Divisão de Informática que justifica todo o investimento previsto, que vai fazer distribuir por cada força política. -----

-----No uso da palavra, o **Senhor Vereador Rui Soeiro** perguntou se seria possível o Senhor Vereador Emanuel Martins apresentar uma informação por parte do Departamento de Habitação sobre as razões de não utilizar o programa da AIRC porque, se se gasta dinheiro na compra de uma aplicação que não é utilizada por vontade própria do Departamento de Habitação, é dinheiro mal gasto. -----

-----Intervindo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse que o que sabe daquilo que são recursos informáticos, acha que o Departamento de Habitação tem a sorte de ter, inclusivamente, gente que, não tendo formação informática de origem, tem feito um percurso nessa área e, de facto, tem-se tido um pouco, como ele próprio defende, um fato à medida do



cliente. -----

----- Já algumas pessoas fizeram comentários acerca da informação que dispõe, quando está nas reuniões de câmara, em relação ao Departamento de Habitação, e o Senhor Vereador Rui Soeiro sabe isto tão bem, ou melhor que ele próprio, que não é um processo que tenha iniciado, organizado, sistematizado e, sobretudo, municiado. Não. É exactamente trabalho dos técnicos do Departamento de Habitação nessas matrizes. Portanto, o que se está neste momento a avaliar é todo um conjunto de coisas diferentes e está-se a trabalhar nesse sentido. -----

----- Tomou posse em Setembro e estas coisas fazem-se com projecto, com sentido de orientação, e o que acha que se tem que fazer em relação ao Departamento de Habitação é ver os instrumentos que existem, quais são as formas de inputs, ver quais são os necessários outputs e apresentar uma solução que responda às necessidades daquele Departamento, no enquadramento daquilo que é o projecto da Câmara que já existe,volvendo o **Senhor Presidente** que, possivelmente o programa não responde às necessidades do Departamento de Habitação, ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse nem ser sério estar a dizer que responde, ou não. Podia fazer essa afirmação e estava o assunto resolvido, mas acha que era leviano da sua parte estar a fazê-lo e era, sobretudo, estar a pôr em causa pessoas que estão a trabalhar, o que não quer fazer. Entende, e está-se a trabalhar nesse sentido, que aconteça uma coisa que hoje não acontece ainda, não faz sentido ter-se gabinetes técnicos locais onde as pessoas ainda trabalham como em mil novecentos e setenta e cinco: levam dossiers e falam com as pessoas em função dos dossiers que levam. Já é impensável não terem formação no sítio e responder sistematizadamente: ou é distração, ou ignorância. Naturalmente que as duas coisas podem acontecer. Neste mundo das novas tecnologias somos, quase todos, info-ignorantes. -----

----- Neste momento, está-se a avaliar a situação informática necessária para o Departamento de Habitação.-----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** observou que o que o

Senhor Vereador Rui Soeiro disse foi que pediram à AIRC e esta não desenvolveu. O que a Doutora Paula Saraiva disse foi o contrário, que desenvolveu mas que não é utilizado. É só isso que o Senhor Vereador Rui Soeiro queria saber. Foi só essa a pergunta.-----

-----Novamente intervindo, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** pediu desculpa mas não ouviu o que a Doutora Paula Saraiva disse, pois estava a trabalhar noutra assunto, não obstante ter tido com ela várias vezes conversas, não só sobre o que diz respeito ao Departamento de Habitação, mas até, ainda antes de ter pelouros, sobre aquilo que era do programa do PS, que se congratula que esteja muito vertido neste Plano de Actividades e Orçamento, porque acha que é determinante em relação àquilo que é o concelho de Oeiras que parece que vive com dois pesos e duas medidas: em matéria de tecnologia, parece que ficou num sítio, e em matéria de desenvolvimento está à frente de todos. Oeiras é dos concelhos mais atrasados em definição e caracterização tecnológica e, sobretudo, quanto ao seu alcance e à sua orientação. E isto é uma questão estratégica, não é uma questão dos serviços. É uma questão de definição de quem tem capacidades para o fazer.-----

-----Novamente no uso da palavra, o **Senhor Presidente** inquiriu se haverá uma questão específica sobre uma aplicação da AIRC no Departamento de Habitação que não estará a ser utilizada,volvendo o **Engenheiro Rui Várzea** que ela está disponível, mas supõe que o Departamento de Habitação nunca a utilizou. Agora, as razões transcendem-no porque a aplicação foi desenvolvida à medida para o Departamento de Habitação mas nunca foi utilizada por eles, ao que o **Senhor Presidente** disse ser esta a orientação que dá: de futuro, as aplicações são para ser utilizadas. Não é para cada serviço fazer o que quer. A Divisão de Informática tem que controlar isso. De maneira que, se há uma aplicação que é feita e não é utilizada, tem que saber por que é que não é. Não está a dar nenhum responso. Tem a ver com hábitos mas, de futuro, o Chefe da Divisão de Informática tem que responder a isto. Foi desenvolvida uma aplicação e não está a ser utilizada. Se não está a ser utilizada, qual é o porquê? Foi desenvolvida



outra? Como é que estão a trabalhar? -----

----- Sobre esta matéria, o **Engenheiro Rui Várzea** disse que a Divisão de Informática colaborou e chamou a AIRC no sentido de desenvolver uma aplicação à medida das necessidades. Na altura que foi desenvolvida essa aplicação, realmente, tinha-se uma linha com um débito baixo e, portanto, havia problemas na sua exploração. Entretanto, fez-se a migração a nível das comunicações para a fibra óptica e esse constrangimento deixou de existir. O que é certo é que a aplicação nunca foi utilizada,volvendo o **Senhor Presidente** que, agora, já explicou um pouco melhor, mas isto tem que ser tudo explicado e tem que averiguar o resto, ao que o **Engenheiro Rui Várzea** salientou que esse constrangimento, na altura, desmotivou, eventualmente, as pessoas, ao que o **Senhor Presidente** entendeu que poderá ter sido isso. -----

----- Em relação àquilo que são os procedimentos informáticos, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** disse congratular-se com eles e não foi ele próprio que fez, encontrou feito. O Departamento de Habitação está bastante bem municiado. Agora, em relação aos instrumentos que tem e àquilo que são as suas valências e como é que elas se aplicam, pediu para lhe ser tudo colocado em cima da mesa para avaliar, chamou todos aqueles que têm funções técnicas nessa matéria para depois, inclusivamente, colocar à Divisão de Informática o que julga ser necessário em função daquilo que é o ordenamento global da Câmara.-----

----- Prosseguindo, disse pensar que foi a Senhora Vereadora Teresa Zambujo que disse, ontem, e espera que ela não o leve a mal de pegar nas palavras que disse para as utilizar, também, na sua argumentação, que se se pegasse em cento e poucas paginas destas GOP, se ficaria com o assunto solucionado em termos da sua discussão e era suficiente, interrompendo a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** para dizer que não foi isso que disse,volvendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que foi isso que percebeu e se não disse, diz ele próprio. Acrescentou que, não obstante a necessidade da concretização e da avaliação de todos os outros documentos que vêm aqui, pensa que, em bom rigor para a Câmara, lidas mais ou menos as cento

e cinquenta primeiras páginas deste documento, está resolvida a compreensão do mesmo e, tanto mais, porque estão habituados que seja normal nesta Câmara as rubricas acabarem por ser votadas de uma forma mas, durante o ano, em função das necessidades e da operacionalidade que a própria vida da Câmara tem, fazerem-se as alterações orçamentais que são necessárias. Está a dizer isto como introdução para que não se espante que não vá, aqui, abordar questões de rubricas, porque isso já foi feito pelo Executivo, no passado, e já tinham evoluído noutro sentido, sem prejuízo de haver meia dúzia de rubricas que possam suscitar dúvidas. Agora, a avaliação que farão, em termos do Partido Socialista, é global. Nas rubricas, só lhe salta uma que gostaria de uma informação, que está na página cento e sessenta e quatro e diz respeito ao PREDI, que tem cinco mil euros, e julga que o PREDI foi uma proposta que veio à Câmara e que foi retirada, tendo ficado para, eventualmente, se realizar no futuro. Presume que voltará a haver outro projecto que é o PREDI, ou seja, a Câmara tem e deve, preocupar-se com esta temática da informação, e o PREDI, não nos termos em que, aqui, apareceu pela primeira vez e com os quais estão frontalmente em desacordo, daí que pedissem que fosse retirada, mas em termos mais modernos, mais abrangentes, com outra abertura, possam ser considerados. É a única dúvida que tem e julga que será nesse sentido e, por isso, tem cinco mil euros de atribuição. Espera que o PREDI não seja mais do que isso, um estudo que se faça para encontrar uma solução capaz e não aquilo que aqui lhes foi presente, nessa circunstância. -----

-----Posto isto, presume ser o que disse, pois o Senhor Presidente já acenou com a cabeça que sim, pelo que vai dar como adquirido que esta é a realidade. Já ontem falou de algumas situações que acha que são alguns dos pontos fracos. Não vale a pena estar a dizer que era importante, porque já outros disseram e também já o disse no passado, do ponto de vista das preocupações, e quem está em sintonia com o partido do Governo tem sempre mais dificuldade em colocar algumas questões aos executivos municipais, porque algumas dessas questões decorrem, também, daquilo que a Administração Central implementa ou desenvolve em conjunto



com a Administração Local e, necessariamente, escamotear esta realidade, era também estarem a ser hipócritas, o que não pretende nesta exposição que está a fazer mas, em boa verdade, há um conjunto de situações que o PS gostaria e espera que o futuro permita, e que esta Lei das Finanças Locais, depois de aplicada e devidamente compreendida e desenvolvida, possa levar à consideração da necessidade que tem este estudo de mobilidade, que já está a ser feito, para que possa ter a sua consequência e a necessária implementação das circunstâncias que levam a isso.--

----- Depois, gostaria que, do ponto de vista da iluminação pública, houvesse um reforço maior, porque também lhe parece que essa é uma das carências que o concelho tem e que gostaria de ver resolvido. -----

----- Em seguida disse, por achar ser relevante e não saber se compreendeu, ter um conjunto de elementos que ele próprio e o seu colega Vereador trabalharam em relação a este dossier, mas há um centro para a responsabilidade e inovação organizacional, a que chamam produto do projecto de Oeiras PRO, que tem como objectivo partilhar e disseminar práticas da responsabilidade social junto das organizações do concelho. Pensa que isto tem a ver com uma conversa que tiveram com o Senhor Presidente e que não vem aqui transmitida, uma proposta que o PS também tinha no seu projecto eleitoral, de beneficiar as empresas e trazê-las para o concelho com práticas sociais, e tendo para com elas uma atitude de incrementação dessa prática social. Espera que seja isso que isto quer dizer, o que é também um bom desígnio e é algo que apraz o PS porque o defenderam e continuam a defender. -----

----- Prosseguindo, disse que o PS também defendia e continua a defender, que havia a necessidade de reforçar a Polícia Municipal e congratula-se que também esteja plasmado esse aumento. No entanto, ele não pode, e não deve, traduzir-se apenas em pessoas. Tem ainda a experiência de ter contactado diversos responsáveis das forças policiais do concelho, e deve dizer que achou, nas conversas que teve com eles, incipiente (e já está a ser generoso) a formação que era feita à Polícia Municipal do concelho. Acha que a Polícia Municipal não é, de facto, para

andar aos tiros, mas tem que ter uma formação adequada para a função de polícia municipal e não pode ter apenas uma formação para fiscal municipal. São coisas que, às vezes, se confundem na prática. Como já disse, ouviu todas as pessoas, desde os próprios responsáveis da Polícia Municipal e também os responsáveis das forças policiais de todo o tipo, deste concelho, e acha que o futuro passa exactamente por isto. Agora, há que partir para a formação e melhoria qualitativa da Polícia Municipal através da formação para as acções concretas que têm que desempenhar, e que cada vez são mais exigentes. -----

-----Sobre a “Oeiras Digital”, só pode dizer que este não é o programa do PS e, nalguns casos, fica aquém daquilo que pretendiam mas, noutros, vai além daquilo que apresentaram como pretensão, em momento oportuno. Este programa da “Oeiras Digital” e o facto de (como já disse, tem acompanhado em conversas com a Doutora Paula Saraiva) se concorrer ao POSC para a Câmara se poder actualizar com os outros municípios e poder passar à frente, como é seu hábito, vai para além, e não lhe custa dizer isto, daquilo que o PS solicitava naquilo que é a sua dimensão e do ponto de vista dos objectivos. Há um ou outro aspecto que ainda não vêm consignados mas que são, reconhece, de mais fácil implementação e menores em função àquilo que está traduzido como objectivo e que, naturalmente, os compraz.-----

-----Continuando, disse gostar de considerar uma acção relevante que já se verifica e tem vindo a ser executada. Acha muito importante a forma como se atende os munícipes. Deve-se ter, cada vez, mais formas de pagamento através dos novos meios, Multibanco, payshops, CTT, Internet, das próprias juntas de freguesia, no futuro, se for caso disso e se for possível, ou dos postos de atendimento que a Câmara tem. O que tem sido implementado pelo Departamento de Finanças e Património acha que é muito importante e uma forma de responder aos munícipes de concelho. É um avanço significativo na modernidade e na forma de se estar mais perto das pessoas porque, muitas vezes, nessas coisas, não basta apenas o discurso; é mais importante ter acções concretas e chegar àquilo que são as realidades daquilo que as pessoas precisam.-----



----- Já ontem falou na conclusão da inventariação do património municipal, na forma IMOSIG, sistema que acha que tem seguido bem e valia a pena concretizar, o mais depressa possível. -- -----

----- Sobre um outro assunto, disse ser suspeito porque lhe coube apanhar o comboio em andamento. Está a referir-se à parte da habitação e ao projecto “Habitar Oeiras”, que é bastante mais do que habitação, mas é um passo significativo e em que se revêem e que acham que tem muito do que a Câmara deve fazer, no futuro, em matéria não só de habitação, mas de reabilitação do tecido social e tem que ser um objectivo estratégico quer em planeamento, quer em urbanismo, quer mesmo em habitação. É, de facto, um programa que espera que não fique fechado, que não seja dado como produto acabado e que gostaria de ver toda a Câmara envolvida na prossecução deste objectivo, que não tem dúvidas que irá acontecer. -----

----- Há uma outra questão que gostaria de falar, porque vêm dizendo isto há muito tempo, até quando estavam numa situação em que as pessoas achavam que eram do contra e que não tinham obrigação de estar a dizer, e mesmo quando o Senhor Presidente, na altura, não tinha a mesma disposição e vontade para este objectivo da forma como, hoje, tem. Está-se a referir ao turismo. Várias vezes, nesta Câmara, deu os seus parabéns ao Senhor Vereador e, por consequência, à Presidente da Câmara, em relação àquilo que entendeu ser um passo em frente que era necessário dar no turismo. Satisfá-lo que, agora, o Plano Estratégico Turístico de Oeiras não só seja um continuar, mas também uma tentativa interessante, do seu ponto de vista, de dar esse passo. -----

----- Participar ou não no Executivo é sempre, em sua opinião, uma obrigação e um direito, mas é ainda mais satisfatório e agradável quando aquilo que são ideias que se apresentam ao eleitorado, quando aquilo que são causas pelas quais se empenham e defendem, estão plasmadas, também, num Plano de Actividades que não tem como mentora a sua força política, mas que acaba por ser reconhecido como bom e, porque a questão política não deve

sobrevalorizar a questão da necessidade dos munícipes, num projecto de GOP, para qualquer ano que seja, na Câmara. Por isso, queria manifestar aqui, também, a sua satisfação por muitas das coisas que colocaram ao Senhor Presidente como desejáveis para o desenvolvimento do concelho, do seu ponto de vista, estarem materializadas da forma como estão, e que o Senhor Presidente, apesar de ontem já ter feito o anúncio, quisessem, como naturalmente é um direito, verificar ponto por ponto, o que lhe permite fazer este tipo de discurso. -----

-----Relativamente ao que o Senhor Vereador Emanuel Martins referiu, o **Senhor Presidente** disse só ter uma nota em relação ao Turismo. Deve dizer que já há uns anos atrás, Oeiras não tinha uma única unidade hoteleira, mas também sempre disse que estas iriam surgir, não pela via do turismo tradicional, mas pela via dos negócios e, portanto, seria através da fixação de empresas no concelho, que a necessidade dos hotéis iria nascer, mas que, em primeiro lugar, ter-se-ia que qualificar o concelho, dar boas condições aos que cá vivem e trabalham e que, com os equipamentos culturais, com a recuperação do património, paulatinamente Oeiras iria conquistando o seu lugar em termos turísticos. Razão por que há uns anos atrás, não valeria a pena estar-se a pôr em bicos dos pés a anunciar produtos turísticos que não se tinham. No entanto, foi havendo uma evolução e, neste momento, Oeiras já pode, de facto, manifestar e expressar a sua posição naquilo que é o seu peso em termos turísticos na AML. Daí ser oportuna a elaboração de um plano estratégico para o turismo no concelho de Oeiras neste momento, não sendo por acaso que este plano surge em simultâneo com um outro conjunto de planos. -----

-----Portanto, não é por acaso que o programa Habitar tem os contornos que tem. Está-se a insistir muito na qualidade dos equipamentos que se vão fazer. A este propósito, referiu-se à UCD, que é uma empresa multinacional belga, que julga ter quatro mil milhões de euros de vendas por ano, que dedica vinte e cinco por cento de receita à investigação e que é mais uma empresa que se veio instalar no concelho, tendo sido, precisamente, hoje, às onze horas, inauguradas as suas instalações, na Quinta da Fonte.-----



----- Na altura perguntou ao Director-Geral da UCD o que é que os levou a decidir para virem para Oeiras e a sua resposta foi que era a qualidade de vida, os espaços verdes e o desafogo que o Concelho tem, o que em Lisboa não é possível, aqui, cita uma frase do Senhor Presidente da República quando diz que: “há muito planeamento, mas mau planeamento”. Até é capaz de ter razão, porque também se faz muito planeamento por quem não o sabe fazer. -----

----- No caso da CMO considera que ainda não foi esgotado o potencial que há, em termos de recursos humanos, saberes, conhecimentos, porque quando se reúne uma equipa na Câmara, para trabalhar neste ou naquele sentido e tendo em consideração a facilidade que há, hoje, em obter informação, normalmente consegue-se fazer bom planeamento. O que é necessário depois, é concretizar no terreno e é essa concretização, que nunca é rigorosamente como está previsto no plano, mas a verdade é que, em termos de divergência daquilo que está planeado e daquilo que está executado, também lhe parece que não tem havido grandes desvios. -----

----- Crê, portanto, que, neste momento, há condições para se considerar o Turismo como uma das vertentes económicas mais importantes do concelho de Oeiras. -----

----- De seguida usou da palavra a **Senhora Vereadora Teresa Zambujo**, que, reportando-se à questão da Polícia Municipal, disse que desde o primeiro momento que se recorda da dificuldade do recrutamento dos seus agentes, na elaboração das provas, na formação, mas apesar de tudo julga que Oeiras foi apontada, em alguns encontros que se realizaram, como um Município que maior atenção tinha dado à Polícia Municipal e que tinha um maior aproveitamento da sua acção. Até mesmo em relação às fardas não sendo bonitas, no fundo, demonstram um cuidado e uma vontade de uniformizar e dar uma imagem de autoridade e dignidade. -----

----- Acrescentou, ainda, que já foram muitas vezes elogiados, também já foram objecto de reclamações, pela sua actuação, tendo que se chamar a atenção pela forma como muitas vezes abordavam as pessoas, mas regra geral essa abordagem tem sido sempre positiva, portanto não

está preocupada quanto ao aspecto quantitativo, dado que o que mais importa é o qualitativo. ----

-----No que tange ao PREDICO, recorda que foi com a melhor das intenções e dentro dos estudos que eram desenvolvidos pelo Gabinete de Comunicação, mais em concreto pelo Doutor Luís Macedo e Sousa, que se ia desenvolvendo e aprofundando determinados aspectos referentes à comunicação. De facto ele apresentou este programa, que veio à reunião de Câmara, numa situação “virgem”, para ser pensado em conjunto, sem qualquer triagem, até porque o assunto é melindroso, mas, de uma forma generalizada, todos concordaram que o PREDICO era algo que deveria ser repensado, reformulado, refeito, etc.. -----

-----Em relação ao Turismo, é uma área que foi sempre desenvolvida nas suas diversas vertentes, ou seja, o turismo cultural, de lazer, de negócios e, este, sim, seria aquele para o qual Oeiras estava vocacionada, sem obviamente se perder de vista os outros, a fim de se poder entrar nos circuitos turísticos que estavam a ser gizados pela própria Junta de Turismo da Costa do Estoril e que tinha alguns requisitos que tinham que ser satisfeitos. -----

-----Quanto à parte da modernização de procedimentos e de tecnologias, o índice de desenvolvimento exterior visível concedido pelo concelho ao longo destes anos, colocou-o como algo distanciado dos outros. Todavia, o mesmo não aconteceu com o desenvolvimento interno, que não acompanhou o mesmo ritmo daquele que era mais visível externamente, e, por isso, ter-se-ia que ter mais cuidado. -----

-----Portanto, de modo algum considera a implementação de sistemas nesta área supérfluos, pelo contrário. Deve-se avaliar as situações que são implementadas e tentar que, em futuras actuações, haja algo que responda às necessidades da Câmara. Houve algumas lacunas que, entretanto, foram sentidas, mas não deveria ter sido implementado antes de ter a avaliação feita. Daí dizer que é extremamente importante a avaliação, pois, por exemplo, ao nível da educação, mudar-se de sistemas sem se ter a oportunidade de avaliar, dá origem a que não se consiga obter resultados de avaliação fidedignos e consistentes, e, então, cai-se na vontade louca



e voraz do “mudar”, não sendo este, concerteza, o caso.-----

----- Quanto à não apresentação de candidatura, deve dizer que não foi por acaso que Sintra, Oeiras e Cascais não apresentaram candidatura e muitas complicações surgiram por não haver definições e porque aquilo que era prometido, fomentado e alimentado por uns, era contrariado por outros. Oeiras, Cascais, Sintra e mais três câmaras, que numa primeira fase estavam interessadas em avançar, e sobretudo Oeiras, de uma forma conjunta, fizeram com que se pensasse muito bem e que talvez valesse a pena correr o risco de não apresentar essa candidatura.-----

----- De novo no uso da palavra, o **Senhor Presidente** observou que a candidatura que foi apresentada “Oeiras em rede”, é uma candidatura excelente, muito bem elaborada, e a informação que tem da UMIC é que estão prontos a aprová-la, gostariam mesmo de a aprovar, porque era fundamental que Oeiras entrasse com essa candidatura. Curiosamente, o gestor do POSC, Doutor Jaime Quezado, por razões que ainda não percebeu, está a chumbar não só esta, mas também as da Biblioteca e outras, o que é estranho, julga que não tem nada a ver com o Governo, mas, sim, por questões de natureza pessoal.-----

----- De qualquer modo, se esta candidatura não for aprovada, é claro que no próximo quadro de apoio ir-se-á rerepresentá-la, como é óbvio.-----

----- De seguida, usou da palavra o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que, reportando-se à questão das transferências, disse que estão previstos quinze milhões de euros na participação municipal do IRS em cinco por cento. Ora, estes cinco por cento podem ser, por deliberação da Câmara, entregues na sua totalidade aos munícipes, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que são dois por cento, mas ainda não viu a Lei.-----

----- Continuando, o **Senhor Presidente** salientou que a comemoração dos trinta anos do Poder Local são a demonstração que os grandes detractores do Poder Local são os Governos. É a Administração Central que, de vez em quando, quando lhe convém, lança achas para a fogueira e

depois cai tudo em cima do Poder Local; aliás pode-se ver a contradição, ainda há um mês, dizia-se “cobras e lagartos” do Poder Local, porque tinham competências a mais. Bastou passar-se um mês e, ontem, ouviu-se dizer que os Municípios têm feito mais que todos os Governos, ao longo deste trinta anos, para a qualidade de vida das pessoas, que os Municípios devem receber muitas mais competências, que devem ser reforçados os seus poderes, como, por exemplo, a passagem dos professores do Primeiro Ciclo, a Acção Social, etc.. -----

-----Considera que tudo isto se traduz numa evolução muito positiva do Presidente da República. Há ali uma osmose muito interessante com o Governo, porque em noventa e dois, o actual Presidente da República, na altura Primeiro Ministro, tentou um esboço de transferência da acção social para os Municípios, designadamente as participações às IPSS, mas o Padre Maia deu um espirro, o Primeiro Ministro constipou-se e meteu tudo na gaveta. O Padre Maia bate o pé e acabou. É claro que, de então a esta parte, têm sido detectadas muitas irregularidades nalgumas IPSS, relativamente ao número de utentes, subsídios, etc., porque, como é natural, os Municípios, porque estão ao pé da porta, têm muito mais facilidade de controlar o número de utentes. Portanto, julga que esta é uma evolução positiva, e, de repente, o Poder Local passou a ser outra vez “persona grata”. -----

-----II - De seguida, o **Senhor Presidente** disse ir submeter à votação as GOP e Orçamento para dois mil e sete, tendo ficado assente que as declarações de voto dos Vereadores que assim o pretendessem, poderiam ser entregues no final da reunião, sem embargo de poderem ser feitas, logo após a votação, declarações de voto que sustentem a tomada de posição de cada força política. -----

-----III - Submetidas as GOP's e Orçamento para dois mil e sete, à votação foram as mesmas aprovadas, por maioria, com votos contra dos Senhores Vereadores Amílcar Campos, Teresa Zambujo, José Eduardo Costa, Rui Soeiro e Pedro Simões. -----

-----IV - O **Senhor Vereador Amílcar Campos** fez a seguinte declaração de voto: -----



----- Votei contra as GOP's para dois mil e sete, por verificar que é cada vez maior o desajustamento entre as expectativas que se criaram, e que se continuam a criar aos oeirenses e a dura realidade que está plasmada nestas GOP's. -----

----- No mês passado estive numa apresentação interessante sobre o Plano Estratégico para dois mil e seis/dois mil e quinze, e o horizonte que ali foi definido, foi interessante. Disse-se ali, que agora é necessário desenvolver e definir os cronogramas sectoriais e reunir os financiamentos necessários para alcançar o objectivo que naquela apresentação se vislumbrou. ---

----- Destaco alguns aspectos que foram referidos, isto é, vinte e seis salas de actividade do pré-escolar, passando de novecentas e setenta e cinco crianças para mil e quinhentas. Sete novos estabelecimentos do Primeiro Ciclo, visto que as escolas serão desactivadas, há mais cento e oito novas escolas, tudo isto envolvendo um investimento de vinte milhões de euros, em oito anos. Um outro objectivo interessante, foi a política de habitação/segunda geração, com um investimento da ordem dos cento e cinquenta milhões de euros para dois mil e setecentos fogos destinados a jovens, famílias carenciadas, reabilitação do parque habitacional, envolvendo a intervenção, em trezentos mil metros quadrados, um dispêndio de cento e cinquenta milhões de euros de investimento, qualquer coisa na ordem dos quinze milhões de euros por ano dentro deste espaço. -----

----- Ora, vendo este Plano para dois mil e sete, e tendo estas metas ainda recentemente definidas, metas essas que correspondem à satisfação de necessidades reais e na luta pela quais também enfileiro, não vejo esta correspondência nas acções que foram agora aprovadas.-----

----- Verifico que há nas GOP's uma diminuição em áreas muito sensíveis, não valendo a pena estar a enumerá-las.-----

----- Há um aspecto que é habitual referir nestas votações, que é a discordância de base, da transferência de lucro dos SMAS para a Câmara, porque entendo que estes devem ser reinvestidos, e cada vez mais sustento esta ideia, porque o problema não é apenas económico, é

sanitário, porque se há fugas há desperdício de água, mas se elas existem, é porque há penetração na rede de distribuição de água dos micro-organismos que estão no subsolo, portanto combater as fugas tem uma vertente higieno-sanitária e uma vertente económica, e é para aqui que entendo que devem ser direccionados os lucros dos SMAS. -----

-----Não me vou pronunciar sobre mais nada, mas julgo que, de facto, continuam adiadas as questões que afectam o dia-a-dia das pessoas, em especial as que se relacionam com a saúde, com a rede pública escolar, onde tudo fica na mesma, com o estacionamento e com a mobilidade dos munícipes, etc..-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Zambujo** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“A declaração de voto do PSD acaba por estar sustentada, sobretudo, naquilo que ontem, de alguma forma, já fiz antever, quando me referi ao próprio documento, que tinha a ver com prioridades que foram estabelecidas porque, em muitas das intenções ainda não corporizadas em projectos e acções que são transversais, outras não são, mas há a oportunidade de realização. Não é que algumas das intervenções que estão explicitadas não sejam importantes, ou interessantes mas, de facto, há prioridades que considero serem diferentes, e dou dois ou três exemplos: foi falado que as receitas do Município ficam aquém daquilo que se desejaria, sendo também sabido que, em parte, se deve àquilo que chamo o centralismo e o atrofiamento que o Poder Central está a colocar ao Poder Local. De qualquer forma, perante estas situações, acho que se poderia pensar, por exemplo, que um edifício dos paços do concelho, é importante e que o Executivo não deve deixar de se preocupar com aqueles que trabalham no dia-a-dia e que sem eles não conseguiriam fazer o trabalho, mas há outras áreas bem mais prioritárias, nomeadamente a mobilidade que preocupa a sua bancada do PSD e que pode tornar este concelho que considero, ainda que não esteja quantificado, mas por aquilo que sabem e pelos indicadores conhecidos, acha que está muitíssimo bem posicionado na matriz, e que poderia comprometer esse posicionamento se se adiasse essa solução que já foi suficientemente adiada. Um outro aspecto



que também me preocupa, e que sempre disse, é que o problema que se põe a qualquer autarca é a manutenção do existente, mais do que propriamente o investimento inicial. Consideramos que da análise feita, e o tempo não foi muito, em termos de manutenção de todo o património municipal, seja ele edificado, ou não, há reduções substanciais que podem pôr em perigo a sua vida útil e a sua produtividade e rentabilidade como equipamento. Por outro lado, há uma outra situação que me preocupa mesmo muito que é a situação da saúde. Em dois mil e um, um Governo da mesma força política que o actual mas com outro Primeiro Ministro e, por acaso, com o mesmo Ministro da Saúde, assinou documentos designados contratos-programa, (ara não falar no protocolo), que não tinham enquadramento e, portanto, preocupa-me o facto de olhar para um PIDDAC de dois mil e sete e, apesar das intenções e dos esforços envidados por esta Câmara e em concreto pelo Senhor Presidente, seguramente que não se vai ter aquilo que se desejaria neste regime e isso, de alguma forma, contraria aquilo que foi prometido às pessoas nessa matéria e que se tem vindo a prometer quanto à realização desses centros de saúde neste mandato, independentemente do regime. No passado, nesta matéria, não considero que se tenham elementos que abonem a favor do Governo, na altura; no presente não o temos, já houve compromissos assumidos e calendarizados e não estão satisfeitos e, nada nos garante que, no futuro, isso possa ser assegurado.-----

----- A posição da minha força política será como até aqui, independentemente da votação e temos um orçamento que foi aprovado, não há dúvida, por esta Câmara Municipal e que, com certeza, será aprovado a nível de Assembleia Municipal e, perante um documento desta natureza, só temos uma obrigação, quanto a mim, que é regeremo-nos por ele e, da parte da minha bancada, tudo faremos para que sejam cumpridos os objectivos que estão traçados, sem pôr entraves e sem obstaculizar nada, como acho que temos demonstrado nesta convivência que temos tido ao longo de quinze meses, porque achamos que acima destas coisas todas está Oeiras e os munícipes. Basta termos isso como linha comum de actuação para nos sabermos entender.” -----

-----O **Senhor Vereador Emanuel Martins** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O Partido Socialista votou favoravelmente este documento, em primeiro lugar porque não há GOP’s e Orçamentos perfeitos. Temos, contudo, alguns reparos a fazer, mas as questões que nos merecem reparo, não são tantas assim e não tivemos a felicidade de ver no debate, tantos reparos colocados pelas outras forças políticas, que também nos fizessem reflectir se alguma coisa tinha passado despercebido e que não tenhamos visto concludentemente. -----

-----Este foi dos Planos de Actividades e Orçamentos menos criticado na sua discussão, não obstante, provavelmente ter sido dos mais criticados na sua votação. -----

-----Um das coisas que levaram o PS a votar a favor, é que são questões que estão claramente consignadas naquilo que foi o compromisso do nosso partido com o eleitorado, não dando grande importância à forma de quem está disponível, ou não, para o viabilizar connosco. -

-----Comungo, desde já, das preocupações na introdução das novas tecnologias a todos os níveis da actividade municipal. -----

-----A introdução de sistemas de avaliação de desempenho e certificação da qualidade ISO ou dos serviços da Câmara, foi outra proposta que o PS fez e que veio plasmada nestas GOP’s. -----

-----Depois, e também, mesmo sobre os constrangimentos e as dificuldades, que naturalmente, implica mais argúcia da parte de uma Câmara Municipal, a continuação e a implementação da Agenda Vinte e Um. A revisão do PDM com intervenções de assessorias externas, a revisão de diversos estudos, cartas e planos, como, por exemplo, a Carta Social, a Carta Económica, a Carta de Riscos, a Carta Geotécnica, os Estudo da Mobilidade e Acessibilidades, o Plano Energético, o Observatório de Desenvolvimento Sustentado. O SIG no planeamento territorial e a monitorização do PDM. -----

-----Em relação à actividade jurídica, a simplificação e optimização de processos, disponibilização de informação on-line sobre a situação dos processos submetidos a parecer e



intervenção do gabinete, com excepção das matérias que estão em segredo de justiça, e maior celeridade na instrução dos processos. -----

----- A Oeiras Digital envolve acções de promoção, maior comunicação com os munícipes, através de meios tecnológicos, melhoria do site institucional, melhoria do procedimento da Loja Municipal do Oeiras Parque. -----

----- A segunda fase do Parque dos Poetas, alargamento e manutenção das geminações, processos de candidatura a financiamentos que estão aqui colocados. O GARI que é o Gabinete que tem estas responsabilidades, passa de uma dotação de um milhão cento e trinta mil e novecentos euros, para dois milhões duzentos mil setecentos e catorze, numa altura de constrangimentos económicos. -----

----- Em relação à Polícia Municipal, houve uma admissão de vinte e nove agentes e a definição e implementação da aplicação piloto, também nesta área, para utilização da tele-vigilância que sempre defendi, clara e inequivocamente, em toda a campanha eleitoral. -----

----- No que tange ao Gabinete Municipal de Auditoria: o Controlo Patrimonial e Financeiro, de alguma forma inovadora como vem sendo tratado nesta área. A Gestão e Desempenho e a avaliação de resultados obtidos. -----

----- A Supervisão das Entidades com Participação do Município, com todas as empresas municipais e a supervisão feita através do Município. -----

----- Cooperação e Relações Institucionais e Organização da Gestão Interna, com mecanismos de partilha de informação de um lado para o outro. -----

----- As Infra-Estruturas Municipais de Acesso à Informação e a partilha do conhecimento, passam também para os serviços de informação, atendimento ao público na Web. Disse isto, precisamente, na campanha eleitoral, que era uma das coisas mais importantes. -----

----- A digitalização do arquivo municipal é uma matéria que, não só foi dita na campanha eleitoral, como há anos que o diz na Câmara Municipal, visto que é impensável que não seja feito

assim, no mais curto espaço de tempo, sem qualquer dia já se pague espaços apenas para arquivar e não para trabalhar. -----

-----Já falámos, durante o debate, em acções que consideramos relevantes, como sejam o pagamento, e a forma como os municípios têm de o poder fazer, através de Multibanco, PAYSHOP, CTT, e Internet Banking, isto é, são condições, até de informação, dos serviços relacionados com as Execuções Fiscais.-----

-----Elaboração da Carta de Competências dos Colaboradores da Autarquia, a qual aposta na formação profissional dos trabalhadores da CMO, porque é necessário apostar, cada vez mais, nas competências, e não nos títulos académicos de origem porque esses não são reveladores de competências.-----

-----Acolhimento em Estágios Profissionais na CMO de toxicodependentes em recuperação. Tal como nos comprometemos a fazer na campanha eleitoral. -----

-----O Plano Estratégico Habitar Oeiras que tem necessariamente de ser discutido pela Câmara, parece-nos não ser só instrumental mas como um objectivo a não deixar de fora.-----

-----A finalização do PROQUAL. A construção do Passeio Marítimo de São João das Maias. O início da construção da segunda fase do Parque dos Poetas. O projecto do edifício sede da CMO. Projectos de intervenção na Orla Marítima, são propostas, também, que estão contempladas. -----

-----Quanto à questão da saúde, o que está consignado nas GOP's em termos de saúde, é bem mais do que aquilo que já me fez votar planos de actividades a favor. Recordo-me que há dois, ou três anos, estava em Plano de Actividades os centros de saúde e lembro-me do PS ter perguntado à então Presidente da Câmara, como é que estes estavam em Plano de Actividades e o argumento para se votar a favor foi este: é que era importante estar não obstante não haver garantia do Governo, mas era uma forma de pressionar e a Câmara Municipal não deveria deixar de os ter lá. Realmente, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. O PS continua na mesma



posição. Por esse facto, vai em frente porque acredita que os centros de saúde se vão fazer. Assim, votam a favor este documento.-----

----- De seguida o **Senhor Vice-Presidente** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Fiquei muito satisfeito pelo facto deste documento ser aprovado. Ainda, ontem, assisti a toda a discussão referente ao mesmo, mas nunca é demais reiterar os parabéns aos serviços que estiveram envolvidos na elaboração deste documento, nomeadamente ao DFP. Foi um trabalho sério, onde se procurou ajustar o mais possível à realidade. Não deixando de ser um documento previsional, tem que ser baseado em elementos do histórico desta Câmara. No entanto, ele prima, na sua elaboração, por uma aproximação o mais possível à realidade da sua execução. - -----

----- Pretendo, efectivamente, que a gerência de dois mil e sete, apresente uma taxa de execução alta, tal como acontecia há alguns anos a esta parte nesta Câmara Municipal.-----

----- Do meu ponto de vista, este documento sofreu a aprovação da esmagadora maioria dos Vereadores, e pelas declarações de voto que pude presenciar, não acredito que na sua substância, possa haver posições contrárias em relação ao mesmo. -----

----- Sinto, sinceramente, que o voto contra do PSD e da CDU, foram votos contra, meramente, de estratégia e de opção política definida da oposição a este Executivo. -----

----- Reconheço que, do ponto de vista estratégico, está aqui reflectida a tal cultura de planeamento, de que o Senhor Presidente já falou. Não assisti a nenhuma intervenção dos Senhores Vereadores que colocassem em causa o nosso programa eleitoral, que é efectivamente, um programa eleitoral muito ambicioso, que está, aqui consubstanciado, no que toca às áreas mais importantes, nomeadamente no que à saúde, à educação e à área social diz respeito.-----

----- De seguida, a **Senhora Vereadora Madalena Castro** fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Gostaria de dizer à Câmara, que fiquei extremamente gratificada pela aprovação

deste Orçamento. Foi a primeira vez que participei na sua construção, e quero deixar um agradecimento aos serviços, particularmente da DMOA, pelo empenhamento que revelaram na sua construção. -----

-----Gostaria de dizer que fiquei particularmente admirada com o voto contra do PSD e da CDU, que sugerem quase que uma aliança nesta sede, e que revelam que não há, de facto, razões de ordem política. Poderá haver uma sustentação de ordem partidária, mas de ordem política não percebi que elas existissem. -----

-----Não percebi, porque: -----

-----Quando se fala de mobilidade, esta está espelhada nestas GOP's. -----

-----Quando se fala de modernização, ela está espelhada nestas GOP's. -----

-----Quando se fala de espaços verdes, eles também cá estão. -----

-----Há também, a preocupação de dotar o concelho de habitação, quer para jovens, quer para famílias carenciadas. -----

-----A Saúde não depende só de nós, mas, obviamente, que há um grande empenhamento dos Vereadores com Pelouro, para que haja melhores condições para a sua prática. -----

-----De facto, as acções políticas e a prática política, embora estejamos numa época de tecnologia, não se fazem carregando num botão, e portanto, tem que haver estudos, projectos, concursos, não podendo haver obra sem o respeito pelas normas jurídico-legais, com as quais temos que nos reger, isto é, nós temos que ter um tempo para executar o programa eleitoral que foi sufragado há um ano.” -----

-----No uso da palavra, o **Senhor Presidente** disse querer, em primeiro lugar, felicitar os munícipes deste concelho, porque acabou de ser aprovado um grande instrumento de gestão do Município que representa uma nova via, um salto qualitativo na vida deste concelho. Este é o novo Orçamento e Grandes Opções do Plano porque, com o Orçamento e as GOP de dois mil e seis, ainda se estava demasiado condicionado à má gestão do PSD do Executivo anterior. E



estava-se tão condicionado que hoje, e depois da votação a que assistiu, pode dizer que é louvável a lucidez do eleitorado deste concelho, porque imagine-se o que seria se esta equipa que o PSD apresentou, tivesse ganho as eleições. O descalabro financeiro estava a caminho; não havia um projecto porque, se os houvesse, teriam que estar a justificar por que razão é que os projectos não andavam. Este ano de dois mil e seis foi um ano de concepção, de análise, de estudo, de avaliação, de planeamento, de formulação de programas, de definição de objectivos para que dois mil e sete seja um ano de projecto. Não é de obra porque, mesmo em dois mil e oito, não haverá muita obra, pois basta ser necessário um concurso público para o projecto, que se passa um ano e meio; um concurso público para a obra, e passa-se outro ano e meio; são três anos. Ninguém faz milagres e, numa Câmara Municipal, está-se sujeito a regras legais e, portanto, é assim. Se, porventura, o Executivo que cessa funções em dois mil e cinco, tivesse deixado o trabalho feito, naturalmente que este Executivo seria de continuidade. Infelizmente, ele próprio que liderou esse Executivo durante alguns meses e que deu o rosto em dois mil e um, nessas eleições, de facto, tem que lamentar que todo esse projecto tenha ficado pelo caminho. E é oportuno lembrar, aqui (porque só por má consciência o grupo dos vereadores do PSD pode ter votado contra estas GOP e este Orçamento), aquilo que foi dito em reuniões de Câmara e que consta de actas, que Oeiras não precisava de mais habitação social, nem de construir mais casas, pois o mercado responderia a isso. Está escrito em acta. A Câmara Municipal adquiriria as casas no mercado, arrendaria, pagaria a diferença da renda, subsidiaria as rendas, e era assim que resolviam os dramáticos problemas de habitação que existem neste concelho. O Parque dos Poetas, na gaveta; o edifício dos Paços do Concelho, na gaveta; tudo ficava na gaveta nesta Câmara Municipal. E o descalabro financeiro, porque nunca lhe passou pela cabeça que fosse possível arrancar com obras superiores a mais de vinte milhões de euros para as quais não havia qualquer cobertura financeira. Refere-se ao famigerado PROQUAL. Foi este Executivo que teve que encontrar os recursos financeiros para pagar obras que arrancaram sem qualquer cobertura

financeira. E, curiosamente, lembrando as actas do outro Executivo, também aí, a Senhora Vereadora Teresa Zambujo dizia o mesmo que há pouco o Senhor Vereador Emanuel Martins citou. É preciso que conste do plano que é para fazer pressão sobre o Governo. Deitava-se o barro à parede: pode ser que o Governo viesse a financiar através do Orçamento Geral do Estado, como se qualquer Governo, fosse ele qual fosse, viesse a financiar uma autarquia através do Orçamento Geral do Estado. Isso nunca se viu. -----

-----Não o surpreende o voto do Senhor Vereador Amílcar Campos, da CDU, porque é assim mesmo. Da parte dos vereadores do PSD, realmente é o descabro deste PSD. Tanto na Câmara Municipal, como a nível nacional, é isto. Mas, enfim, essa preocupação não lhe cabe a si tê-la. Agora, que é uma política de terra queimada, é. Se os Senhores Vereadores do Partido Socialista tivessem a mesma posição de estratégia política, o estar contra por estar contra, estas GOP e este Orçamento eram chumbados e o Município ficava sem orçamento. Será que os Senhores Vereadores do PSD, se os Vereadores do Partido Socialista votassem contra, também votavam contra ou, nessa altura, votariam a favor? Ou pensam que o seu nojo já passou? Que em dois mil e cinco se sentiram comprometidos em votar a favor e que agora, decorrido um ano, já não têm nada a ver com as asneiras que foram feitas e já podem votar contra? Realmente, deve dizer que se congratula com o voto contra do PSD, porque nunca viu tanta incoerência. Qualquer munícipe que leia a discussão deste debate fica perplexo, porque a sua principal protagonista foi a Senhora Vereadora Teresa Zambujo e, ao longo do mesmo, só fez elogios, seja do ponto de vista da forma, seja do ponto de vista do conteúdo. Aliás, só fez referências pontuais. Não fez uma única avaliação global das GOP e do Orçamento. Mais, deve dizer que até põe em causa o espírito democrático com que se actua neste momento porque, o Presidente da Câmara fez, no início do debate, uma referência e disse para os Senhores Vereadores apresentarem sugestões e propostas que pudessem ser acolhidas. Não houve ninguém que apresentasse uma única proposta. Que falta de imaginação. Fica desiludido porque há uma falta de imaginação extraordinária. Não



é assim que se defende os interesses dos munícipes. Não basta dizer genericamente que estas prioridades não são as suas. Há que sustentar aquilo que se diz. Realmente, isto é uma pobreza franciscana. Estava à espera que se fizesse um debate sustentado, que apresentassem quais são as prioridades, mas não. Nenhum apresentou qualquer prioridade, qualquer sugestão, e chega-se à votação e vota-se contra? Bom, só por razões, realmente, de estratégia política mas que, enfim, é uma má estratégia. Ele próprio e o grupo que o acompanha representam o movimento de cidadãos que se candidatou a estas eleições. Depois, há aqui três partidos políticos e, portanto, há um partido político, o Partido Socialista que viabiliza estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento, ou seja, o Partido Socialista adoptou uma posição construtiva em defesa dos interesses dos cidadãos. Não basta vir, hipocritamente, dizer que cá estaremos para garantir que as GOP e o Orçamento vão ser realizadas. Tenham paciência. Se é mau não é para executar. Então, abstêm-se. Quando se vota contra um instrumento desta importância é porque se está mesmo contra as orientações essenciais deste documento. Esta é que é a realidade e, portanto, aqui, quem está a defender os interesses dos cidadãos deste concelho é o movimento que representa e o Partido Socialista. O Partido Comunista a fazer comunicados a dizer: “o Centro de Saúde, ou a Extensão do Centro de Saúde do Dafundo está construída, nós é que a defendemos”,volvendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que é verdade, retorquindo o **Senhor Presidente** que é mentira, e pede-lhe para não o interromper porque também não o interrompeu. As declarações de voto não são interrompidas; pode doer mas têm que ser ouvidas. É mentira, porque o Centro de Saúde de Paço de Arcos e o do Dafundo foram negociados por si com o Ministério de Saúde, foram protocolados e, portanto, esses dois avançaram; não avançaram os restantes, mas esses dois avançaram. O Partido Comunista é muito hábil quando sabe que as coisas se estão a fazer e vem dizer: nós queremos isto e tal... É essa a técnica do Partido Comunista. Não é a técnica do PSD. Mas também não sabe que bandeira é que o PSD, agora, vai empunhar. O que sabe é que está escrito nesta acta e que espera que os dirigentes do PSD ao

mais alto nível, que tanto se preocupam com o concelho de Oeiras e que tantos desgostos lhes tem dado, que consultem as actas desta Câmara e que vejam o que é que os seus paladinos vereadores estão, aqui, a fazer. Quais são as ideias que têm, quais são os projectos que apresentam porque, de facto, se estivesse no lugar dos Senhores Vereadores, trazia mil propostas, porque tem ideias e projectos e sabe o que quer para este concelho. Agora, os Senhores Vereadores demonstraram, hoje, o mesmo que andaram a fazer nos últimos três anos e que lamenta muito porque foi ele próprio que os escolheu e, realmente, surpreende-se como é que foi possível tê-los escolhido e como é que não aprenderam nada consigo. É uma coisa estranha. É que não aprenderam mesmo nada, porque se tivessem aprendido alguma coisa, tinham apresentado propostas concretas e não apresentaram nenhuma e frisa isto porque quer que os Senhores Deputados Municipais e o povo deste concelho saibam que o PSD não apresentou uma única proposta, apesar de lhe ser aberta a porta às sugestões. Aqui, o PSD encosta-se ao Bloco de Esquerda ou, pelo menos, tem os comportamentos do Bloco de Esquerda. A Doutora Maria José Nogueira Pinto, em Lisboa, não tendo qualquer responsabilidade de pelouros, fez sugestões ao Presidente da Câmara, que as aceitou para viabilizar as GOP e o Orçamento. É uma posição construtiva. Agora, estar-se num debate, e tecerem-se os maiores encómios à forma e ao conteúdo, e não se fazer uma única crítica... Ele próprio é que já não é ingénuo mas, de facto, quem ler esta acta até à votação dirá: realmente, que grande unanimidade e consenso se gerou na Câmara Municipal de Oeiras, em que as pessoas vestem a camisola do Município. E depois, dão umas desculpas esfarrapadas. -----

-----Começando pelo Senhor Vereador Amílcar Campos e em relação ao que disse, observou que a realidade deste Orçamento é simples. Há, de facto, diminuição de receitas que, naturalmente não dependem do Executivo e, portanto, não há nada a fazer. De qualquer maneira, o sinal desta administração já foi dado no ano anterior porque, apesar de não haver dinheiro, fizeram aquisições. A Quinta de Nossa Senhora da Conceição é uma delas, já se fez a escritura e



foi um grande investimento. Há outras aquisições que vão sendo feitas. Se não se controla a receita, é de bom tom, sério, rigoroso, legal e transparente adequar o orçamento à realidade financeira e, portanto, faz-se um orçamento que se traduz numa redução de quinze milhões de euros, relativamente ao ano anterior; é que aumentar é fácil quando, relativamente a dois mil e cinco, também já tinham reduzido. Mas mais: mesmo assim, a previsão orçamental para dois mil e sete ainda é muito superior ao que foi realizado globalmente em dois mil e cinco, ou dois mil e seis, o que significa que se continua a manter um espaço de manobra extraordinário para cumprir as promessas, pelo menos, aquelas que o movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente e o Partido Socialista fizeram porque é indiscutível que, a partir de agora (não é a questão dos pelouros), após esta votação há, de facto, duas forças interessadas no desenvolvimento deste Município. Os outros, não estão interessados, não porque tenham votado contra, porque é legítimo e democrático votar contra, mas não é legítimo nem democrático votar contra sem dizer porquê, sem apresentar uma sugestão. Seria antidemocrático da sua parte se não aceitasse sugestões dos Senhores Vereadores e, então, podiam dizer que votavam contra porque o Presidente da Câmara não aceitou sugestões da oposição. Pois bem, teria aceite de bom grado essas sugestões. De maneira que, a dura realidade deste Orçamento, não é tão dura como isso, é a realidade que se tem, é a realidade com que se tem que trabalhar, e garante ao Senhor Vereador Amílcar Campos que lhes permite cumprir as promessas que fizeram. Em relação ao Habitar Oeiras, o que o surpreende é que o Senhor Vereador Amílcar Campos que é uma pessoa perfeccionista, um Vereador que analisa as coisas a fundo, tenha feito comentários ligeiros sobre esta matéria. Relativamente às escolas, à habitação e ao equipamento da terceira idade, os Senhores Vereadores ainda não se aperceberam que está tudo no documento? Já está a ser realizado. E não estão cinco mil euros para um projecto que custa cem mil. Está o custo total para o projecto. Agora, não se pode começar pelo telhado. Tem que se começar pelo projecto. Quanto aos lares da terceira idade, alguns deles vão arrancar já no próximo ano porque não é necessário que sejam

todos municipais. A Câmara vai financiar, e é por isso que estão lá as verbas, equipamentos da terceira idade levados a cabo por IPSS, cujos projectos, alguns deles, estão praticamente prontos e que se podem iniciar no próximo ano. Quanto à reabilitação urbana, ela está em curso. Já prevê a preparação de abertura do concurso para empreitadas em alguns prédios em vários pontos do concelho. Em relação à habitação, já se decidiu quais são os terrenos onde vão ser desenvolvidos contratos de habitação e o Senhor Vereador não se apercebe disso. No próximo ano, já em dois mil e sete, vão arrancar, pelo menos, cento e cinquenta a duzentas casas. Comparando com os três anos anteriores: zero. Portanto, no próximo ano já vai haver habitação em construção. O programa Habitar está em curso. -----

-----Diminuição em áreas sensíveis: pelo contrário, tudo o que são áreas sensíveis tem aumentos e onde não há aumentos, estão devidamente justificados. Há uma diminuição no investimento na área social da terceira idade porque está em fase de conclusão o equipamento da Outurela e, naturalmente só quando avançar o novo projecto em dois mil e oito/dois mil e nove, é que subirá novamente. Há diminuição na área educativa porque se acabou com a Escola Cesário Verde e vai avançar uma outra e, quando houver obras, naturalmente que vai aumentar. É que, ainda por cima, tudo isto está justificado. -----

-----Discordância de base: transferência dos lucros dos SMAS para a Câmara. É uma atitude curiosa. Está-se a fazer um esforço, há vários anos, para a diminuição das perdas. Aliás, foi a prioridade que o Presidente da Câmara deu ao Conselho de Administração e é a prioridade do Conselho de Administração dos SMAS continuar a combater a questão das perdas, área onde têm vindo a ser progressivamente introduzidas melhorias: há estudos, há trabalhos de investigação que estão a ser feitos, há obras que vão ser realizadas para continuar a fazer decrescer as perdas. Mas os SMAS não são propriamente um banco, uma instituição financeira e, portanto, a capacidade de realização dos SMAS tem um limite. As obras que é possível fazer e que vão sendo realizadas, neste caso, não estão de acordo com a capacidade financeira dos



SMAS, que têm tido uma capacidade financeira superior à sua capacidade de realização porque a realização de obras, uma vez atingida uma determinada reserva estratégica de água com a construção de grandes reservatórios, e está prevista a construção de mais um no Alto dos Barronhos, e foi possível negociar com a EPAL, porque este Executivo negocia, não está à espera que vão ter com ele, atende o telefone a todos, mesmo um director-geral atende-o logo, mesmo que o telefonema fique pendurado na secretária, fica à espera do director-geral, não lhe caiem os parentes na lama e, portanto, negocia, e foi possível chegar a acordo com a EPAL para se ficar com o reservatório, em Carnaxide, na Quinta do Paizinho. Se houver necessidade de financiar os SMAS, estes não têm personalidade jurídica e, portanto, se for necessário investimento que os SMAS não tenham capacidade financeira, lá estará a Câmara a financiar, como é óbvio. Portanto, a Câmara não está a retirar receitas dos SMAS. O que seria ridículo era, quer a Câmara de Oeiras, quer a Câmara da Amadora estarem a contrair empréstimos para fazerem investimento em determinadas áreas, e manter o depósito de uma organização, que é do Município, a render juros de três ou quatro por cento, e a pagar seis ou sete por cento pelo empréstimo. Isto não era boa gestão, porque não sendo da área financeira já aprendeu alguma coisa, pelo menos ao nível dos grandes números. -----

----- Quanto à saúde, mas em primeiro lugar começa pelo estacionamento e pela mobilidade, tudo isto é paradoxal, ou seja, tem conhecimento que o Partido Comunista, na segunda-feira passada, na Assembleia Municipal votou contra o programa de introdução de transportes urbanos no concelho, isto diz tudo o que este partido pensa do transporte e da mobilidade e daquilo que deve ser a qualidade de vida dada aos munícipes. -----

----- Acrescentou, que a Senhora Vereadora Teresa Zambujo diz que há prioridades que considera de um modo diferente, mas depois não diz porquê. Diz por exemplo, que as receitas do Município ficam aquém daquilo que se desejaria, mas sempre ficaram, mesmo em tempo de “vacas gordas”, portanto, o que a Senhora Vereadora esteve a fazer foi, curiosamente, uma

espécie de voto de censura ao Governo, ou seja, está contra o Governo e depois vota contra a Câmara, ou melhor contra as GOP's e o Orçamento, dizendo que se deve ao atrofiamento nas Finanças Locais provocadas pelo Estado. -----

-----No que tange ao edifício dos Paços do Concelho observou que, não se pode continuar a dizer que os funcionários da Câmara merecem o melhor e depois terem as condições que todos conhecem, como, por exemplo, o caso das oficinas que são uma vergonha. Actualmente a Câmara está distribuída por várias instalações, mas é a mesma Vereadora que vota contra este Orçamento porque não é prioritário o edifício dos Paços do Concelho, que paga cem mil contos de renda para instalar a Polícia Municipal, verba essa que, ao fim de quatro anos, pagava um edifício se fosse construído, e esta é que é a boa gestão, ou seja, é a gestão à Teresa Zambujo. ----

-----No GDM caiu o tecto há dois meses, pelo que vai ter que sair dali e instalar-se noutra sítio a pagar renda. Neste momento há catorze ou quinze edifícios ocupados por serviços camarários. Será que é racional? Algum bom autarca pode admitir isto? Claro que não. E isto não é demagogia é a realidade, tem que se dar boas condições aos funcionários e quando se dá a estes, dá-se também aos munícipes. Como é que é possível haver hoje um controlo em termos de produtividade, de assiduidade de todos os funcionários? Como é que é possível modernizar-se os serviços ao nível tecnológico, com toda esta panóplia de edifícios? É caso para pensar quanto é que a Câmara poupava construindo o novo edifício, que seja moderno, funcional, adaptado à realidade. -- -----

-----Pelos vistos a Senhora Vereadora está mais preocupada com a mobilidade, como se fosse a Câmara Municipal a resolvê-la, ou seja, não se preocupa com aquilo que é competência da Câmara, mas preocupa-se com aquilo que é competência dos outros, porque em relação à mobilidade a competência da Câmara é um “nadinha”, isto é, a Câmara não vai colocar barreiras, nem portagens à entrada do Duzentos e Quarenta e Nove-Três, em Sintra, e dizer: “se querem vir por aqui pagam dois euros”., Não se pode dizer à população de Cascais que a Marginal está



fechada, e que têm que ir pela A-Cinco, etc.. Portanto, demagogia é isto. É considerar que a mobilidade é resolvida pelo Município, quando é sabido que o seu problema, neste concelho, é da AML, sendo certo que a Câmara pode contribuir com alguma responsabilidade, mas não toda.

----- Prosseguindo e baseando-se ainda na intervenção da Senhora Vereadora Teresa Zambujo, referiu a “manutenção do existente é mais importante do que a obra nova”. É verdade, e é a razão por que é Presidente de Câmara e por que se candidatou, visto que se fosse só pela manutenção do existente não se candidatava. Para isso punha-se um economista à frente da Câmara e um Director-Geral, não se elegiam autarcas e o Director-Geral resolvia o problema. ----

----- A questão da satisfação das necessidades dos cidadãos não é a gestão do quotidiano, não é a gestão do corrente. É a gestão do futuro. É resolver as suas expectativas. É resolver os seus sonhos. É ir de encontro às suas necessidades. Não é conservar; aliás nem é conservador, apesar de ter estado num partido durante muitos anos e dizerem que era conservador, mas sempre achou que estava do lado certo. -----

----- É certo, que é necessário manter, mas existirem reduções neste orçamento relativamente a manutenção? Não há em orçamento anterior, qualquer rubrica para a manutenção do que quer que seja, que tenha uma verba superior àquela que está neste orçamento, o que significa que é uma desculpa muito esfarrapada. -----

----- Quanto ao problema da Saúde, entende que ela é paradigma do ambiente em que se vive e da demagogia existente; aliás a Senhora Vereadora Teresa Zambujo até foi desculpabilizando quando diz que lhe foge ao controlo, porque é um problema do Estado e, como tal, não acredita, e como o protocolo de dois mil e um não foi concretizado, o que vier agora a ser celebrado também não o vai ser. -----

----- O PIDDAC de dois mil e sete até nem tem verbas para a saúde, apesar, como disse “dos esforços que o Senhor Presidente vai fazer no sentido da sua concretização”. Não poderia fazer maior elogio; aliás acha que ao fazer esta afirmação, que a faz com convicção porque sabe

que vai mesmo fazê-lo, portanto a acusação, aqui, é feita ao Governo, mas ao mesmo tempo serve para votar contra o Orçamento. Portanto, há, de facto, aqui qualquer coisa que não está bem.-----

-----Acrescentou, ainda, que isto é o cúmulo da hipocrisia, porque é do conhecimento de todos que esta responsabilidade cabe ao Governo; aliás, também podia dizer que no seu programa eleitoral foi o único que assumiu o compromisso de fazer os Centros de Saúde. É uma verdade, mas já deixou de ser o seu compromisso eleitoral, porque, a partir de agora, já integra as GOP's. Logo é um compromisso da CMO e só não assume quem votou contra, o que quer dizer, que a Câmara não os deveria de fazer, e não os faz porque o Governo não quer. Há qualquer coisa que não está bem. -----

-----A concluir, observou que é com alguma perplexidade que vê a posição dos Vereadores do PSD com o voto contra em relação às GOP's e ao Orçamento e, sobretudo, porque não apresentaram qualquer fundamento. Poderão por escrito engendrar qualquer resposta, mas a verdade é que os Vereadores do PSD estão numa posição muito difícil. Mais do que julgam. E quem vai ter que responder perante toda esta situação são os Senhores Vereadores; aliás não serão porque em dois mil e nove serão outros, mas valha-nos isso. No entanto, como Presidente de Câmara lamenta muito a forma como tudo isto decorreu e, aqui, disse ter alguma desilusão, porque os julgava melhores, no sentido de serem capazes de sustentarem um voto contra, através da apresentação de sugestões, propostas, mas não fizeram nada disto. -----

-----Aliás, considera importante que na Assembleia Municipal, designadamente os deputados do PSD leiam atentamente esta acta, e vejam que o PSD na Câmara têm umas ideias brilhantes para o Município, que defendem os interesses dos cidadãos, apresentam muitas propostas, dão um contributo extraordinário a este Orçamento e às GOP's e, assim, podem avaliar e ajuizar o trabalho que os Senhores Vereadores estão a fazer na Câmara. -----

-----Quanto aos cidadãos estes já os avaliaram nas últimas eleições, e, em dois mil e



nove, irão avaliar de novo.-----

----- Acrescentou, ainda, que este Orçamento e estas GOP's são um excelente instrumento; e se os Senhores Vereadores estiverem atentos, mas, aqui, já não se refere aos Senhores Vereadores do PSD, mas sim ao Senhor Vereador Amílcar Campos, visto que as razões que o levou a votar contra são diferentes. Contudo, aconselha-o a ler atentamente este documento, e verá que há muita coisa que pensa que não está contida no mesmo mas que está, e verificará também que há um salto qualitativo extraordinário.-----

----- Portanto, há projectos estruturantes que não estão bem definidos, mas que constam nele, há equipamentos, ou seja, há, de facto, um novo rumo, o que quer dizer que estas GOP's vão iniciar um novo ciclo que está plasmado em diversos instrumentos e em diversos planos. Os estratégicos estão em discussão. Há projectos que, neste momento, já estão definidos, mas certamente que no final de dois mil e sete se verá se se concretizaram, embora dois mil e sete seja um ano muito significativo.-----

----- De seguida o **Senhor Vereador Amílcar Campos** pediu a palavra ao Senhor Presidente para falar sobre o único assunto que se vem tratando nestes dois dias, ao que o **Senhor Presidente** disse que não podia, volvendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que a reunião ainda não estava encerrada. Acrescentou que o Senhor Presidente dá a palavra a quem quer e quando quer, mas que fique em acta que não lhe dá a palavra, volvendo o **Senhor Presidente** que há uma coisa que não pode dizer é que não é democrata, ou seja, as GOP's já estão votadas, a seguir às votações há declarações de voto e a seguir a estas, encerram os trabalhos, portanto quando pede a palavra tem que perguntar para quê, porque se for para fazer comentários ao que acabou de dizer a reunião continua, retorquindo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que não é para fazer comentários ao que o Senhor Presidente disse, nem ao que ninguém disse. Seria sim, para falar sobre a metodologia como este processo está a ser encerrado, volvendo o **Senhor Presidente** que o deveria ter feito antes, com o que o **Senhor**

**Vereador Amílcar Campos** concordou, acrescentando que se sente um pouco ludibriado e pretendia que isso ficasse claro. O **Senhor Presidente** observou que não percebe porque não o fez antes da votação, esclarecendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que não o fez porque não tinha ouvido a interpretação do Senhor Presidente.-----

-----Continuando, referiu que, no fundo o que pretende dizer é o seguinte: recebeu o documento na quarta-feira passada, prestou-lhe toda a atenção que o mesmo lhe merece, fazendo inclusivamente o sacrifício de o ler num curto espaço de tempo. Se tivesse outro contexto, outras condições, poderia apresentar soluções alternativas num ou noutro caso. Não uma solução alternativa a um trabalho desta natureza, visto que é um trabalho que assenta em todos os serviços da Câmara, e não se vai demolir este trabalho, nem era essa a sua intenção, nem está em desacordo com a grande maioria ou a quase totalidade das acções nele previstas. Nem sequer falou no SATU, por exemplo, e, aí, até poderia ser emblemático para encontrar oposição a determinadas acções; aliás todas estas acções são correctas, tanto que, no início da reunião, até remeteu para uma afirmação muito curiosa, tendo, aliás, sido a primeira declaração que produziu, que se identificava com este princípio: “A lógica do desenvolvimento social, confronta-nos sistematicamente com necessidades superiores aos meios susceptíveis de as satisfazer. É do âmbito da decisão política a definição, face aos recursos disponíveis, das prioridades a que eles devem ser afectados”. -----

-----Acrescentou que não teve condições para apresentar soluções alternativas a este trabalho. Só tem que o analisar politicamente. Se ele, no seu entender, permite alcançar as expectativas que foram geradas e que, ainda recentemente, por esta Câmara, e por si também porque se identificou com estes objectivos e ainda se identifica com eles, mas entende que agora estão mais longe, porque este instrumento de gestão distanciou-o relativamente à sua possibilidade de realização. -----

-----Portanto, vai trabalhar na sua declaração de voto um pouco esta ideia, porque esta



votação, era a votação sim e não, ou, a favor e contra, mas a declaração de voto iria chegar e seria respeitada como o entendimento de cada força política. -----

----- O Senhor Presidente arrogou-se no direito, mas cada um faz como entende, de comentar o que foi dito mas julga que as declarações de voto são a leitura específica política que cada grupo pretende fazer dum determinado documento que está em votação.-----

----- Considera, portanto, bastante indelicado fazer qualquer comentário a essas declarações de voto, visto que elas têm que ter valor intrínseco, e não tem que se comentar o comentário do outro. Daí, ter ficado muito mal impressionado, sobretudo com a intervenção do Senhor Presidente, não lhe admirando as intervenções do Senhor Vice-Presidente e da Senhora Vereadora Madalena Castro, que fizeram uma leitura política. -----

----- A reprimenda que o Senhor Presidente entende que tem o direito de fazer, à opção política de cada um dos Vereadores, para si foi chocante e não esperava. Portanto, era isto que queria dizer e se não o dissesse aqui, dizia-o no corredor. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** salientou que quem ficou chocado foi ele próprio, com o falso moralismo do Senhor Vereador, com a sua arrogância intelectual, pedindo, ao mesmo tempo, para que o Senhor Vereador não o interrompesse. Se não gosta de ouvir tem que ter paciência, mas a democracia é isto, e ela dói. -----

----- De facto, faz a análise política tal como o Senhor Vereador a faz, mas não admite que o Senhor Vereador Amílcar Campos faça moralismos a seu respeito e sobre as suas intervenções, até porque não fez nenhum juízo pessoal a seu respeito. Quem fez juízos pessoais foi o Senhor Vereador Amílcar Campos, pessoalmente apenas se referiu à política nas GOP's e Orçamento. Quem fez juízo pessoal foi o Senhor Vereador, e isso não lhe admite, porque isso é falso moralismo. É hipocrisia. -----

----- Ora, estão, num órgão político, o Senhor Vereador faz uma declaração de voto, em que faz uma justificação do seu voto contra, que ainda por cima, não tem qualquer justificação,

para além de ser tão falso moralismo que o Senhor Vereador, depois da votação, depois de todas as declarações de voto, vem criticar a metodologia da discussão, da votação e da apresentação de propostas, quando teve toda a liberdade para o fazer antes da votação. Aliás, não deu nenhuma sugestão sobre a metodologia, apesar de, logo no início da reunião ter perguntado como é que queriam discutir este documento. Poderiam ter apresentado propostas, até porque, a votação foi feita hoje porque os Senhores Vereadores quiseram, não foi ele que a impôs. aquilo que disse foi que era conveniente as GOP's e Orçamento serem votadas hoje, mas se não fossem votadas hoje, também não vinha nenhum mal ao mundo, porque não é a primeira vez que não há orçamento durante o ano e que se aprova em Janeiro ou em Fevereiro. É por tudo isto que não aceita que se façam este tipo de juízos e, sobretudo, depois da votação de um documento. -----

-----De seguida, a **Senhora Vereadora Senhora Vereadora Teresa Zambujo** disse ter acabado de redigir a declaração de voto do PSD, que já entregou para a acta e que é do seguinte teor: -----

-----"Registamos mais uma vez, com desagrado, a entrega tardia das GOP e Orçamento para dois mil e sete.-----

-----Tal procedimento, aliás recorrente, conduz-nos a uma apreciação superficial e consequentemente não muito exaustiva de tão importante instrumento, limitando a discussão de determinadas políticas que consideramos importantes para o Concelho de Oeiras, que merece toda a nossa atenção e esforço, inibindo (por falta de tempo) a apresentação de propostas alternativas.-----

-----Como tivemos oportunidade de referir, para além do conteúdo habitual, foi-nos retratado o posicionamento do concelho numa "Matriz de Análise Swot", tendo como preocupação a identificação dos pontos fracos e fortes em termos de Território, Demografia, Economia, Infra-estruturas e Organização, bem como o "ambiente das externalidades" em termos de ameaças e oportunidades. -----



----- A conclusão a que chegaram é qualitativa e como tal com um grau de subjectividade grande ainda que, com ela concordemos.-----

----- Limitou-se a uma atribuição de ponderação aos cinco vectores enunciados sem que na avaliação geral fossem utilizados ou pelo menos referida a bateria de indicadores utilizada para a pontuação final atribuída.-----

----- As metas não estão quantificadas nem calendarizadas. Contudo, da realidade que conhecemos bem, não nos custa afirmar que Oeiras se situa num “Quadrante Favorável”, no âmbito nacional e com potencialidades para competir a nível Europeu.-----

----- É-nos apresentado um primeiro “esboço” de Plano Estratégico, estruturado em sete eixos, não elencados por grau de importância, que por sua vez se desenvolvem em objectivos estratégicos, objectivos operacionais e acções também não enunciados tendo em atenção o seu nível de prioridade.-----

----- Para além do já referido, os conceitos ligados a esta estruturação de Plano não estão bem definidos o que conduz a situação que reflectem mais procedimentos do que objectivos, projectos ou acção.-----

----- A acrescentar, que a codificação utilizada não é compatível com os desenvolvimentos constantes do capítulo “GOP” (página cento e sessenta e um e seguintes) o que dificulta a análise e encerra pouco valor acrescentado.-----

----- Apesar do anteriormente referido, não podemos deixar de registar o esforço desenvolvido pelos serviços e sobretudo pelo Departamento de Finanças e Património como unidade orgânica coordenadora da elaboração do presente documento.-----

----- Quanto à parte descritiva das actividades para dois mil e sete é bastante sucinta e pouco esclarecedora sobretudo para quem não tem o histórico da orgânica da Câmara e do conteúdo das suas actividades normais e extraordinárias.-----

----- Apesar de não ajudarem muito os textos, também não se pode afirmar que constituem

obstáculos. -----

-----Dir-se-ia até, no limite, e se não tivéssemos de obedecer à formatação imposta por lei, que se o “Quadro Estratégico” contivesse mais elementos, nomeadamente quantitativos e informativos no que toca ao ponto de situação dos diferentes projectos e acções dispensar-se-ia uma boa parte do documento e, por outro lado, passar-se-ia a dispor de elementos bem mais detalhados e esclarecedores de toda a actividade da CMO quer anual quer em termos plurianuais.

-----Verificámos que o Orçamento dois mil e sete regista um decréscimo de oito virgula três por cento relativamente a dois mil e seis sobretudo como reflexo do decréscimo de cerca de vinte por cento do Investimento previsto. Temos, assim, um orçamento para dois mil e sete quase ao nível do orçamento de dois mil e quatro. -----

-----Verifica-se uma redução da estimativa da receita corrente derivada essencialmente da substancial diminuição da Derrama e das transferências do Orçamento de Estado, de acordo com a nova Lei das Finanças Locais (LFL) sobre a qual já tivemos oportunidade de tecer consideração numa reunião de CMO, ainda a LFL não estava aprovada.-----

-----O decréscimo verificado ao nível das receitas de capital deve-se sobretudo ao facto de na rubrica “Venda de Bens de Investimento” ser opção de proposta agora apresentada, não alienar alguns bens patrimoniais da CMO, bem como à não consideração de empréstimos a contrair, face à capacidade de endividamento existente - situação obviamente discutível. -----

-----Verificamos que se continua a gerar um nível de poupança corrente interessante que é canalizado para investimento, o que é salutar.-----

-----Confirmamos a capacidade que as juntas de freguesia vão demonstrando para concretizar projectos/acções no âmbito da delegação de competências que deu origem ao reforço previsto de meio milhão de euros destinado a fazer face a despesas correntes, permitindo assim uma mais adequada classificação da despesa e uma actuação de maior proximidade, apesar de, pelo menos, a algumas juntas de Freguesia (Algés e Linda-a-Velha) não terem sido solicitados



contributos, como vem sendo prática ao longo dos anos, para a elaboração das GOP. -----

----- Admitindo e considerando normais que muitas das preocupações e intenções, ainda que só algumas corporizadas em projectos e acções, sejam transversais às diferentes Forças Políticas com assento nesta CMO, outros existem que, sendo importantes e interessantes, não são por nós considerados prioritários e como tal não achamos que este seja o momento de lhes dar início. -----

----- Há que centrar as nossas atenções e esforços na satisfação de necessidades decorrentes do próprio desenvolvimento (situação normal e dinâmica), satisfação essa que tem um forte impacto no bem-estar e qualidade de vida dos Oeirenses e de quem nos visita. -----

----- Referimo-nos fundamentalmente à Mobilidade, nomeadamente à necessidade urgente de mobilizar meios financeiros significativos para a construção de novas vias, viadutos..., remodelação de vias estranguladas, construção de estacionamento acessíveis à população, promovendo uma melhor articulação com os operadores de transporte, por forma a proporcionar uma resposta adequada à principal fragilidade com que, neste momento, o concelho se confronta.

----- Existem zonas no Concelho que podem perder atractividade exactamente porque estão congestionadas e não permitem a fluidez de pessoas e bens. -----

----- Outra área por todos nós muito querida é a área social que poderia ver a sua dotação aumentada se, por exemplo, o “edifício dos Paços do Concelho”, cujo investimento previsto, de acordo com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras se situa na ordem dos trinta milhões de euros, fosse deslizado no tempo não devendo, por isso, o seu projecto estar agora considerado. -----

----- A requalificação urbana que tem sido uma aposta constante, exige uma maior atenção e mais recursos para que não sejam descuradas intervenções menos visíveis mas fundamentais no quotidiano do nosso município. -----

----- Consideramos que a manutenção do património público, que sofre uma redução

substancial é demasiado importante para ser “descurada”. -----  
-----A não manutenção faz diminuir o período de vida útil dos equipamentos e normalmente faz perigar o investimento inicial. -----  
-----É mais complexo e importante manter o investimento do que fazer o investimento inicial. -----  
-----Não vislumbramos, neste documento, qualquer referência ao Atlético Clube de Porto Salvo, pressupondo que a solução passa pela localização inicial, há muitos anos apontada mas que nunca passou de promessa e do lançamento de uma primeira pedra. -----  
-----Permitimo-nos ainda duvidar da concretização dos Centros de Saúde ou Extensões.--  
-----Não podemos esquecer que, não o mesmo Primeiro-Ministro, mas à mesma Força Política (PS) e o mesmo Ministro da Saúde homologou, em dois mil e um, contratos-programa sem reflexos no PIDDAC e, como tal, sem qualquer valor e também já assumiu compromissos, este ano, que não conseguiu ainda cumprir. Temos, por isso, a Extensão de Saúde de Paço de Arcos do Centro de Saúde de Oeiras cuja obra está concluída mas, não pode entrar em funcionamento por falta de posto de transformação e de equipamento e não sabemos mesmo, se depois destas duas lacunas estarem supridas teremos recursos humanos disponíveis para poder funcionar nas suas diferentes valências. -----  
-----O passado, neste sector vital, não abona nada a favor da imagem e credibilidade do governo. O presente também não e no futuro não pressentimos que a situação se modifique. -----  
-----Basta olhar para o PIDDAC regionalizado dois mil e sete a ausência, nesta área, é total.-----  
-----Para não nos alongarmos, diríamos que estas são as GOP e Orçamento da “Coligação Verde/Rosa”. -----  
-----Estas GOP não interiorizam suficientemente nem permitem concretizar muito do que foi apresentado e calendarizado em Programa Eleitoral do IOMAF. -----



----- Aliás várias vezes referimos que as promessas eleitorais reportavam-se a vários mandatos. Muitas das situações não passariam do papel. -----

----- Lembramo-nos, que “os Centros de Saúde seriam concretizados com ou sem financiamento do Governo”, com o orçamento Municipal ou através de pareceres público-privadas, atingir-se-ia, segundo o IOMAF, esse desiderato. -----

----- São também as GOP em que todas as funções decrescem, com particular relevância nas Funções Económicas (menos vinte e três vírgula três por cento) e sobretudo no que concerne aos “Transportes e Comunicação” (menos vinte cinco vírgula dois por cento) seguidas das funções sociais em que apenas a “Educação” aumenta zero vírgula vinte e cinco por cento, num momento em que os munícipes mais carenciados e fragilizados se debatem com maiores dificuldades. -----

----- É certo que o volume de receitas arrecadadas diminuiu em termos previsionais principalmente devido à redução da Derrama e às transferências do Orçamento de Estado, estas últimas fruto da política centralista e atrofiante do Poder Local praticada pelo actual Governo do PS, parceiro desta “Coligação Verde/Rosa”. -----

----- Perante tudo isto, a nossa votação não poderia ser favorável. -----

----- Votámos contra, mas continuaremos a desempenhar a nossa função, na oposição, sem pelouros, mas de uma forma construtiva como até aqui, pondo Oeiras e os Oeirenses muito acima do interesse particular do partido que representamos. -----

----- Estamos e estaremos aqui, sentados à volta desta mesa, com a consciência de que ajudaremos a fazer o melhor com os contributos que acharmos mais adequados às diversas situações. Crescimento e desenvolvimento devidamente alicerçado é o nosso desejo. -----

----- Pretendemos que Oeiras continue a ser o Município de referência e de vanguarda que sempre foi, independentemente de quem detém o Poder e sempre com a convicção de que para nós “Ter Poder” é servir e nada mais do que servir.” -----

-----O **Senhor Vereador Amílcar Campos** apresentou a seguinte declaração de voto:----

-----“Votei contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e sete, por verificar que é cada vez maior o desajustamento entre as expectativas que se criaram e se continuam a criar aos Oeirenses e a dura realidade que está plasmada neste documento. -----

-----Há menos de um mês, estive na apresentação do Plano Estratégico dois mil e seis-dois mil e quinze, que, entre outros objectivos, prevê investimentos, nos próximos oito anos, na Rede Escolar (Pré-Escolar e Primeiro Ciclo) no montante de vinte milhões de euros, para a construção de vinte e seis Salas do Pré-Escolar e para a construção de sete novas Escolas do Primeiro Ciclo. -----

-----Este mesmo Plano define as linhas mestras de uma “Política de Habitação de Segunda Geração”, na qual prevê investir cento e cinquenta milhões de euros até dois mil e quinze, quinze milhões por ano, na construção e reabilitação de dois mil e setecentos fogos para Jovens, Munícipes carenciados e portadores de deficiências. -----

-----Nas Áreas dos Equipamentos Sociais e de Cuidados de Saúde, o investimento previsto no mesmo período é de quinze milhões de euros. -----

-----Trata-se de um Plano, para os próximos nove anos, que define claramente e de forma integrada um conjunto de prioridades de actuação que me parece que pode dar resposta às principais necessidades existentes e que, por isso, merece o meu apoio. -----

-----O documento que hoje acabámos de votar torna mais longínquo o horizonte definido no referido Plano Estratégico e adia, uma vez mais, a resolução os problemas estruturais que afectam o dia-a-dia das pessoas, em especial os que se relacionam com a saúde, com a rede pública escolar, com o estacionamento, ou com a mobilidade dos munícipes, para não citar outros. -----

-----Pretendo ainda assinalar negativamente a redução significativa das transferências de verbas do Poder Central que, em valores globais, será dezasseis vírgula sessenta e três por cento



inferior à do ano passado, apresentando uma redução de onze milhões de euros nas transferências de capital.-----

----- Por último, assinalo igualmente de forma negativa a transferência de cinco milhões de euros provenientes dos SMAS, dez milhões para Oeiras e Amadora, que prossegue a descapitalização dos SMAS que se tem verificado nos últimos anos.”-----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

**3- APROVAÇÃO EM MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO: -----**

----- O Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, e de acordo com a deliberação tomada na reunião de dois de Novembro, de dois mil e cinco (ponto vinte), propôs a aprovação da presente acta em minuta, o que foi aprovado, por unanimidade.-----

**4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----**

----- Às dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Directora do Departamento de Administração Geral.-----

**O Presidente,**

**A Directora do Departamento de Administração Geral,**